



# Relatório & Contas 2021

 **AEGON** | Santander

SEGUROS NÃO VIDA

# Relatório & Contas '21



## SENHORES ACIONISTAS

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.

<b>01</b>	<b>Relatório do Conselho de Administração</b>	<b>5</b>
1.1	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado	6
1.2	<b>Governança da Sociedade</b>	8
	Estrutura e Modelo de Governo	8
	Estrutura Acionista	12
	Órgãos Sociais	13
	Código de Conduta	14
	Política de Remunerações	14
1.3	<b>Enquadramento da Atividade</b>	16
	Cenário Macroeconómico	16
	Mercado de Seguros em Portugal	31
1.4	<b>Análise de Gestão</b>	34
	Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno	34
	Síntese de Indicadores	37
	Atividade Comercial	38
	Gestão de Ativos	39
	Custos e Gastos por Natureza a Imputar	39
	Recursos Humanos e Formação	40
	Capital Próprio e Solvência	41
1.5	<b>Perspetivas para 2022</b>	42
1.6	<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>	42
1.7	<b>Nota Final</b>	43
<b>02</b>	<b>Demonstrações Financeiras e Anexo</b>	<b>45</b>
<b>03</b>	<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>109</b>
<b>04</b>	<b>Certificação Legal de Contas</b>	<b>115</b>

# 01

## Relatório do conselho de administração

- 1.1**  
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado
- 1.2**  
Governança da Sociedade
- 1.3**  
Enquadramento da Atividade
- 1.4**  
Análise de Gestão
- 1.5**  
Perspetivas para 2022
- 1.6**  
Proposta de Aplicação de Resultados
- 1.7**  
Nota Final

# 1.1 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

Na Aegon Santander Portugal estamos profundamente comprometidos com os nossos Colaboradores, Clientes e Comunidade.

Mantendo-se fiel à sua missão: proteger as pessoas, cuidar daquilo que lhes é mais precioso – saúde, família e bens, 2021 foi mais um ano onde a Aegon Santander Portugal superou os desafios a que se propôs. Num ano ainda significativamente marcado pela pandemia Covid-19, a Aegon Santander Portugal continuou focada em exceder as expectativas dos nossos meio milhão de Clientes, ajudando-os a planear o futuro com a confiança de que estaremos sempre ao seu lado para os apoiar. Esta é a razão de existência da Aegon Santander Seguros.

A nossa estratégia de colocar os Clientes primeiro, ter um forte propósito enquanto empresa, focando-nos onde podemos ganhar, executar com disciplina e criar valor para os nossos Acionistas, teve 3 prioridades: (i) Portfolio de produtos: com soluções de proteção ao nível acidentes e doença, multirriscos habitação e responsabilidade civil; (ii) Serviço a Clientes: conferindo ainda mais confiança, vinculação, retenção e crescimento, permitindo-nos capitalizar na marca Aegon Santander e disponibilizar soluções mais simples, rápidas e digitais; e (iii) Solidez financeira: solidez financeira, resiliência e sustentabilidade definem a nossa estratégia, mantendo uma posição de solvência e liquidez robustas.

A confirmar a estratégia que temos seguido, foi com enorme orgulho que recebemos a distinção conferida pelos nossos Clientes, com a atribuição do Prémio Cinco Estrelas, na categoria de seguros bancários em 2021 e novamente em janeiro de 2022.

Assim, é com grande satisfação que reportamos o excelente progresso que fizemos nos nossos compromissos financeiros e estratégicos, onde em 2021, o crescimento Aegon Santander Não Vida ocorreu transversalmente em toda a linha de produtos comercializados, traduzindo-se num aumento de 21% do volume de prémios emitidos para 74M (2020: 61M). Continuamos a reforçar a nossa quota de

mercado no segmento de acidentes e doença e multirriscos habitação, distribuídos através de rede bancária, que atualmente se situa em 10,7% (2020: 9,5%).

Por outro lado, refletindo o apoio e a manifesta preocupação com os nossos Clientes, foram introduzidas diversas inovações ao nível dos processos de gestão de sinistros, materializando-se numa redução de tempos de gestão e otimização de custos. Assim, os custos com sinistros apresentam uma redução de 9% face a 2020.

Nesta base, o resultado do exercício apresenta uma subida significativa para 9,4M (2020:4M), mantendo a Companhia uma sólida posição de capital.

Queremos prestar o tributo a todos os Colaboradores da Aegon Santander. Num ano excepcional, eles foram nada menos que excepcionais. Agradecemos a todos os notáveis e contínuos esforços que permitiram atingir os resultados alcançados.

Na Aegon Santander, queremos ser uma empresa onde todos podem ser eles próprios e que sejam um reflexo dos Clientes e Comunidade que servimos, numa simbiose que pretendemos profícua para todos.

Enquanto empregador, a Aegon Santander tem sido distinguida consecutivamente, desde 2016, como uma das Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal, atribuído pela revista *Exame*, numa parceria com a ManpowerGroup e a AESE e pelo segundo ano consecutivo fomos também distinguidos com o Prémio do Índice da Excelência – O valor Humano na Era Digital, coordenado pela Neves de Almeida HR Consulting em parceria com a Human Resources Portugal, a *Executive Digest* e o ISCTE Executive Education.

Estes reconhecimentos, alicerçados com o foco nas relações humanas, resultam do compromisso e envolvimento de todos, que diariamente se superam, e traduzem a produtividade e inovação alcançadas.

Olhamos para o futuro com confiança.

Ao longo dos 7 anos de atividade operacional da Aegon Santander, enfrentámos e superámos muitos desafios, enquanto identificámos e perseguimos novas oportunidades. Tomámos ações decisivas para apoiar os nossos Clientes, Colaboradores e Comunidades. Agora reafirmamos o nosso compromisso. Vamos construir sobre o que alcançámos até agora e continuar a transformar a organização para maior crescimento, melhor experiência de Cliente e criação de valor para os Acionistas.

É com entusiasmo que continuaremos a reportar o progresso da Companhia e agradecemos o contínuo interesse na Aegon Santander.

Tomás Alfaro  
Presidente do Conselho de Administração

Tiago do Couto Venâncio  
Administrador Delegado

## 1.2 Governação da Sociedade

### ESTRUTURA E MODELO DE GOVERNO

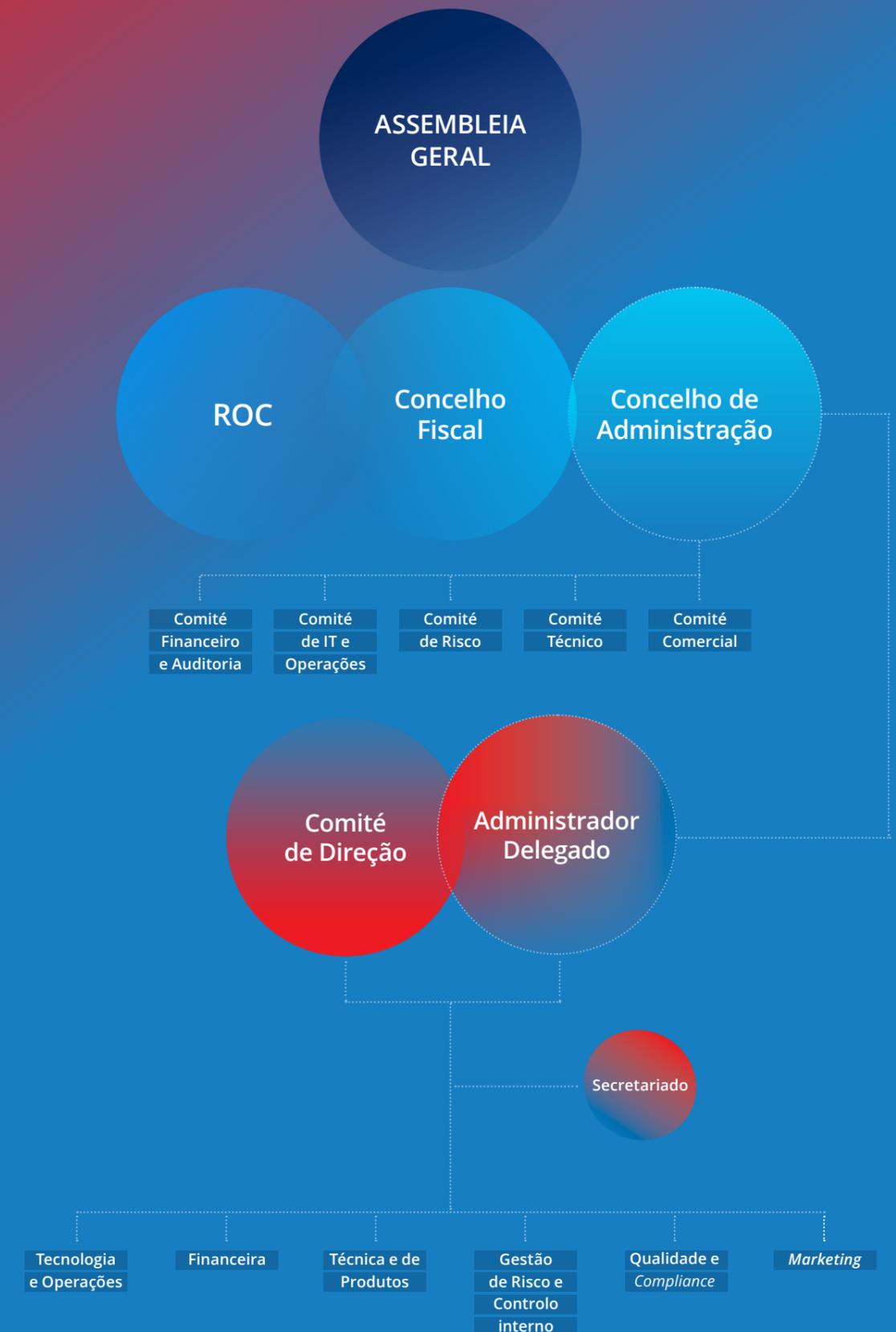
A Companhia está dotada de um sistema de governação composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, em que as suas responsabilidades estão devidamente definidas e segregadas, e um sistema transmissão de informação eficaz.

Este sistema foi definido com base na natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, assegurando uma gestão sã e prudente da atividade e do capital, por forma a garantir um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

Na sua gênese estão princípios como a transparência, integridade, responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.



A estrutura de governo da Companhia está representada no seguinte organograma:



Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade. Assim, pelo menos uma vez por ano, a Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, no prazo de três meses após a data de encerramento do exercício. Compete-lhe deliberar sobre o relatório de gestão de contas do exercício anterior, sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração da Companhia e às eleições que, legal e estatutariamente, lhe sejam atribuídas ou que eventualmente se tornem necessárias.

O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por sete Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente. O mandato dos membros é de quatro anos e reúne trimestralmente ou sempre que o interesse da Companhia o exija. Delibera por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate. Existem no entanto matérias que requerem aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

## O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por sete Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente.

Por sua vez, compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da Companhia. Este conselho é composto por três membros efetivos e um suplente, sendo estes eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes. Tem como principais competências verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

Mediante proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem como responsabilidade conferir a conformidade das contas com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Adicionalmente, os Comitês apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. São órgãos consultivos aos quais compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Cada Comité é constituído por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

- Comité Técnico: analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;
- Comité de Risco: avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;
- Comité Comercial: analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;
- Comité de Auditoria e Financeiro: analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;
- Comité de IT e Operações: analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

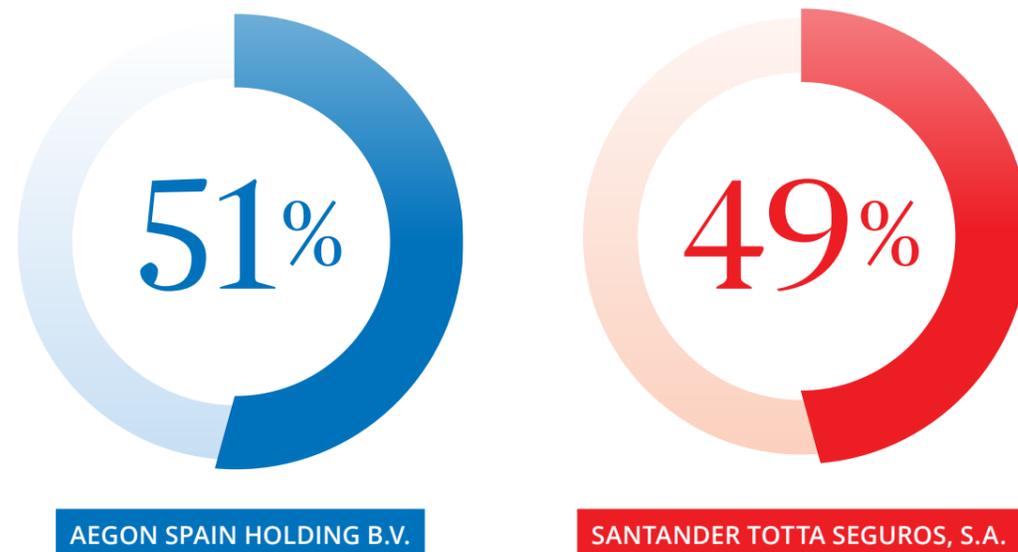
Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e do Comité de Direção, a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e seis Direções, nomeadamente:

- Direção de Tecnologia e Operações;
- Direção Financeira;
- Direção de Qualidade e *Compliance*;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno;
- Direção de *Marketing*.

O processo de decisão contempla um Comité de Direção constituído pelo Administrador Delegado e pelos Diretores das diversas áreas da Companhia. O referido Comité reúne com uma periodicidade mensal, sendo posteriormente lavradas atas, refletindo os principais pontos discutidos e as decisões tomadas. Assim, os Diretores de cada uma das seis Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

No cumprimento da Norma Regulamentar N.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Conselho de Administração desta entidade, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2017, deliberou proceder ao registo, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções chave e do atuário responsável.

## ESTRUTURA ACIONISTA



## ORGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral

**António Miguel Terra da Motta**  
Presidente

**Alexandre Jardim**  
Secretário

### Conselho de Administração

**Tomás Alfaro Uriarte**  
Presidente

**Inês Oom de Sousa<sup>1</sup>**  
Vice-presidente

**Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio**  
Administrador Delegado

**Borja Borrero Mayora**

**Francisco del Cura Ayuso**

**Horacio Centeno García**

**José Ramon Azurmendi Ubarrechena**

**Armindo Bordalo Escalda**

### Conselho Fiscal

**José Duarte Assunção Dias**  
Presidente

**António Baia Engana**  
Vogal

**Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço**  
Vogal

**José Luís Areal Alves da Cunha**  
Suplente

### Revisor Oficial de Contas

**Fernando Manuel Miguel Henriques e José Manuel Henriques Bernardo**  
em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

<sup>1</sup>: Em processo de aprovação pela ASF

## CÓDIGO DE CONDUTA

Os valores, princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores encontram-se refletidos no código de conduta da Companhia. Este código tem por base valores de honestidade, respeito e responsabilidade, promovendo um elevado nível de excelência na relação com os clientes, parceiros, fornecedores e restantes *stakeholders*.

Como tal, no código de conduta estão definidos os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a sua atividade:

- Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Respeito para com as pessoas;
- Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- Prevenção de riscos laborais;
- Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos coletivos.

Refira-se que o código de conduta encontra-se divulgado no sítio da *internet* da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

## POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

As políticas em vigor foram ambas aprovadas pelo Conselho de Administração em novembro de 2017. Sendo que a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização foi também aprovada pela Assembleia Geral em dezembro do mesmo ano.

Até ao final do ano de 2021 não se identificou a necessidade de alterar as referidas políticas, encontrando-se as versões em vigor publicadas no *website* da Companhia.

No entanto, no final de 2021, de modo a cumprir os requisitos de avaliação anual do cumprimento das políticas, a Companhia emitiu e publicou no seu *website* a declaração de cumprimento do n.º 1 do artigo 4.º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de abril da ASF, com a indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Na definição das referidas políticas de remunerações não foram utilizados serviços de consultores externos.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente:
  - i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si;
  - ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

Ambas as políticas, bem como a declaração de cumprimento nos termos previstos no Artigo 4.º da Norma 5/2010 R, de 1 de abril, da ASF, se encontram publicadas no sítio da *internet* da Companhia.

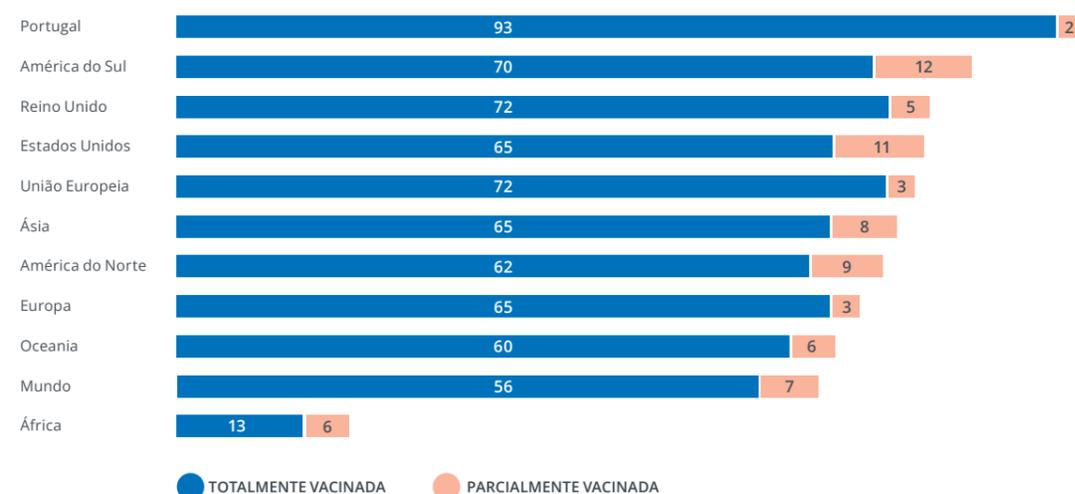
# 1.3 Enquadramento da atividade

## CENÁRIO MACROECONÓMICO

### Internacional

A economia mundial terá recuperado, em 2021, com um crescimento de cerca de 5,9% face a 2020, o ano mais afetado pela pandemia da Covid-19 (quando registou uma contração de 3,1%). O ano de 2021 fica marcado como sendo aquele em que o processo de vacinação se iniciou na maioria das economias desenvolvidas, o que permitiu diminuir o número quer de casos de hospitalizações por situação de doença severa, quer de mortes. No final de janeiro de 2022, 61% da população mundial tinha sido vacinada, da qual 53% é considerada totalmente vacinada e 8,3% parcialmente vacinada.

### POPULAÇÃO VACINADA CONTRA A COVID-19 (% POPULAÇÃO)



Fonte: Our World in Data

### CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL

	2020	2021	2022 P
<b>MUNDO</b>	-3,1	5,9	4,4
<b>Países Avançados</b>	-4,5	5,0	3,9
EUA	-3,4	5,6	4,0
UEM	-6,4	-5,3	3,9
Reino Unido	-9,4	7,2	4,7
Japão	-4,5	1,6	3,3
<b>Países em Desenvolvimento</b>	-2,0	6,5	4,8
África	-1,7	4,0	3,7
Ásia	-0,9	7,2	5,9
China	-2,3	8,1	4,8
Europa de Leste	-1,8	6,5	3,5
Médio Oriente	-2,8	4,2	4,3
América Latina	-6,9	6,8	2,4
Brasil	-3,9	4,7	0,3

Fonte: FMI (janeiro de 2022)

Contudo, o processo de vacinação evoluiu a duas velocidades, com o bloco das economias mais desenvolvidas a concentrarem a mais de 2/3 das doses inoculadas e, no extremo oposto, estão as economias mais pobres, nomeadamente as africanas onde a percentagem da população totalmente vacinada é de apenas 11%.

No conjunto das economias mais desenvolvidas, merece destacar os EUA, a União Europeia e o Reino Unido com as maiores percentagens de vacinação, de 75%, 74% e 79% respetivamente. A aceleração do processo vacinal foi fundamental para permitir o levantamento das restrições à mobilidade e à atividade económica, dinâmica que se acentuou a partir do 2T 2021, ou seja depois da 3.ª vaga pandémica no 1T 2021.

Contudo, no 1T 2021, o número crescente de novos casos de infeção exigiu a imposição de confinamentos, em especial nas economias avançadas, cujo impacto adverso no crescimento foi imediato, o que se traduziu num abrandamento do ritmo de recuperação. Os sinais económicos revelavam uma tendência positiva, mas heterogénea, entre setores e países, com os EUA, a China, a Índia e Rússia no grupo de economias com sinais de retoma mais fortes, e outros, como o Reino Unido, Japão e Brasil, com sinais de queda da atividade.

**Nos EUA, a atividade económica retomou a tendência de recuperação no final do ano, após um 3.º trimestre mais fraco, fruto da subida expressiva do número de infeções pela variante Ómicron.** As preferências de consumo das famílias em serviços estão elevadas, impactando negativamente a aquisição de bens duradouros, fruto dos bloqueios na distribuição, apesar da forte procura. Mais recentemente, os tempos de entrega e os custos de transporte entre a China e o EUA têm vindo a reduzir-se. Os níveis de *stocks* continuam abaixo do observado pré-pandemia, deixando espaço para a atividade beneficiar da procura ainda não satisfeita devido aos bloqueios nas cadeias de valor globais.

A taxa de inflação ascendeu aos 7%, no início de 2022, apesar de influenciada pela subida do preço da energia e alimentos, mas a taxa de inflação subjacente (excluindo energia e alimentação) também já superou os 5%. A pressão sobre os preços era mais preponderante ao nível dos bens, fruto dos bloqueios nas cadeias de distribuição, mas sentiu-se igualmente, embora de forma mais moderada, ao nível dos preços nos serviços.

Também no final de 2021, assistiu-se a um surgimento de pressões salariais, na medida em que o índice de custo do trabalho estava a acelerar, de forma transversal a todos os setores de atividade.

**Na China, a atividade económica desacelerou acentuadamente, em 2021, fruto de quebras no abastecimento de energia, de instabilidade no setor imobiliário residencial e do ressurgimento de novos casos de Covid-19.**

Os indicadores de confiança dos consumidores evidenciavam sinais contraditórios relativamente à evolução do consumo privado, enquanto ao nível da produção e investimento o sentimento permanecia refreado em consequência dos bloqueios nas cadeias de distribuição. A procura de energia permaneceu elevada, embora com algum abrandamento, sem prejuízo de medidas públicas que visavam aumentar a produção através do recurso ao carvão e reservas nacionais, na tentativa de diminuir a escalada de preços e assegurar a independência energética. A crise no setor imobiliário residencial, decorrente da empresa Evergrande apresentar problemas de liquidez e estar em situação de incumprimento restrito pelas agências de notação financeira, levou a que o governo chinês permitisse que o banco central da China cortasse os requisitos de reserva de liquidez dos bancos visando uma maior capacidade de apoio de liquidez a todo o setor imobiliário.

**No Japão a economia desacelerou no 3T 2021, também fruto das restrições ao nível da distribuição de matérias-primas e da subida do número de infeções pela Covid-19.** A retoma económica esteve, deste modo, muito ligada com as restrições à mobilidade, cuja diminuição dependerá da intensificação do processo de vacinação e de apoios governamentais. A taxa de inflação permaneceu em terreno negativo, durante a maior parte do ano, acelerando no final de 2021, com a subida dos preços da energia.

**No Reino Unido, a atividade económica manteve-se moderada no final do ano, após um 3T 2021 inesperadamente mais fraco,** resultado da combinação das restrições nas cadeias de distribuição e da falta de mão-de-obra, consequências do contexto pandémico e claramente amplificadas pelo Brexit. O consumo privado foi o principal motor do crescimento, mais visível em momentos de redução das medidas de contenção. Por outro lado, o investimento continuou a evoluir a um ritmo fraco. No final de 2021, a economia ainda não tinha recuperado os níveis pré-pandemia.

**Na Zona Euro, depois da contração económica do 1T 2021 (-0,3%), o alívio do número de infeções foi permitindo a gradual abertura da atividade económica, naturalmente reforçada pela intensificação do processo de vacinação,** o que conduziu a um crescimento de 2,2% no 2T 2021, com o setor dos serviços a liderar a recuperação, à medida que as pessoas puderam voltar a frequentar lojas e restaurantes, assim como com o aumento do número de viagens e turismo. O setor industrial manteve-se a operar a bom ritmo, apesar das quebras e falta da matéria-prima e equipamentos, fruto da realocação dos fatores produtivos para o combate à pandemia, amplificado por uma forte recuperação da procura.

	PIB	INFLAÇÃO
<b>UEM</b>	<b>5,3</b>	<b>2,6</b>
ALEMANHA	2,8	3,2
FRANÇA	7,0	2,1
ESPAÑA	5,0	3,0
ITÁLIA	6,5	1,9

Fonte: CE (fevereiro 2022)



O surgimento da variante Ómicron do vírus do SARS-Cov2 (cuja capacidade de transmissão é considerada superior à da variante Delta, embora com características de perigosidade inferiores), e cuja velocidade de propagação se acentuou com a chegada do tempo mais frio ao longo do 4T 2021, deu origem à 5.ª vaga pandémica.

Ainda assim, a recuperação económica continuou sólida, apesar do impacto negativo momentâneo da 5.ª vaga, mas fruto do sucesso da vacinação foi possível evitar o encerramento de um conjunto de serviços e manter atividade económica, embora com diferenças entre países.

A taxa de desemprego manteve uma tendência descendente e o número de pessoas em regime de *layoff* caiu significativamente, comparativamente com o registado em 2020, suportando a melhoria do rendimento e consumo das famílias. Por outro lado, o número de pessoas que compõem a força de trabalho e as horas trabalhadas continuam abaixo dos níveis pré-pandemia.

A recuperação mais rápida da atividade económica, num contexto de restrições nas cadeias de distribuição globais, conduziu a um aumento da inflação, fruto da subida das matérias-primas, incluindo a energia, mas também ao nível dos serviços. A aceleração dos preços, mais visível no segundo semestre do ano, começou a captar a atenção dos bancos centrais.

O Fundo Monetário Internacional, no World Economic Outlook de janeiro 2022, estimava que a aceleração da taxa de inflação na segunda metade de 2021 se refletisse em taxas mais elevadas em 2022, superiores às observadas em 2021.

Na ótica do Fundo, o fator essencial é de que, na maioria das economias desenvolvidas, mantendo-se as expectativas de inflação ancoradas, a dissipação gradual da crise pandémica em 2022 contribuiria para uma normalização do funcionamento das cadeias de distribuição e assim como dos padrões de consumo entre bens e serviços, contribuindo para que as pressões inflacionistas

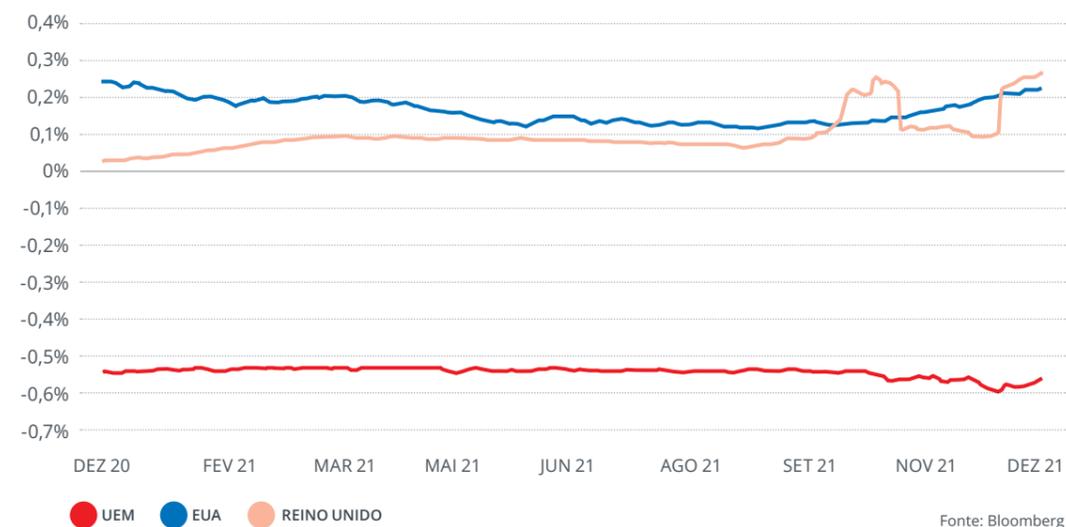
se desvanecessem ao longo de 2022. As pressões nominais de subida dos salários mantiveram-se, na viragem do ano, controladas na maioria dos países desenvolvidos, com a exceção nos EUA, onde os baixos níveis de desemprego e um número elevado de trabalhadores indisponíveis para trabalhar já pressionavam uma subida estrutural dos salários. A Reserva Federal dos EUA, que ao longo do ano foi adaptando o seu discurso à evolução da conjuntura económica, comunicou em dezembro de 2021 que iria acelerar o ritmo de diminuição da aquisição de ativos financeiros assim como que iria implementar um ciclo de subida de taxas de juro de referência ao longo de 2022.

Na Zona Euro, o Banco Central manteve uma política monetária acomodatória, através da utilização extraordinária de um programa de emergência pandémica de compra de ativos (PEPP) e da intensificação do programa de compra de ativos (APP). No âmbito do PEPP, o BCE anunciou pretender reduzir os volumes de aquisições líquidas de ativos a um ritmo inferior ao do trimestre anterior, descontinuando as mesmas no final de março de 2022. No entanto, propôs prolongar o horizonte de reinvestimento até, pelo menos, ao final de 2024, com intuito de evitar interferências ou provocar sinais de instabilidade financeira.

Em consonância com uma redução gradual das aquisições de ativos e para assegurar que a orientação da política monetária permanece coerente com a estabilização da inflação no objetivo simétrico no médio prazo de 2%, o BCE estabeleceu um ritmo mensal de aquisições líquidas de 40 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2022 e de 30 mil milhões de euros no terceiro trimestre de 2022, ao abrigo do programa de compra de ativos. A partir de outubro de 2022, o BCE sinalizou manter as aquisições líquidas de ativos ao abrigo do APP num ritmo mensal de 20 mil milhões de euros, enquanto for necessário, para reforçar o impacto acomodatório das taxas de juro diretoras do BCE. Adicionalmente, o Conselho do BCE reforçou a mensagem de esperar que as aquisições líquidas cessem pouco antes de começar a aumentar as taxas de juro diretoras do BCE.

O desenvolvimento de pressões inflacionistas em muitas economias conduziu vários bancos centrais, tanto em economias em desenvolvimento, como em algumas economias avançadas a uma subida das taxas de juro de referência. Estas decisões de política monetária mais restritivas concorrem com a velocidade da retoma económica na tentativa de evitar uma subida sustentada dos preços e dos custos.

#### TAXAS DE JURO 3 MESES



Em particular em economias como a dos EUA e do Reino Unido, onde a política monetária assumiu claramente um pendor menos expansionista, as taxas de juro de curto prazo refletiram uma tendência de subida em dezembro de 2021, tendência que se prolongou em janeiro de 2022.

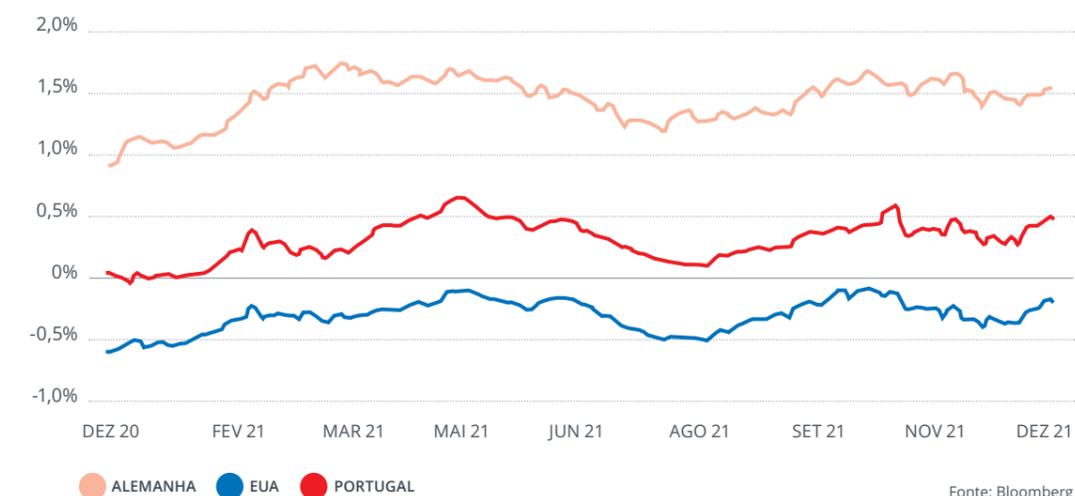
Na Zona Euro, em 2021, as taxas de juro de curto prazo permaneceram próximas dos mínimos, embora os prazos mais longos iniciassem uma subida nos últimos meses do ano.

A atuação do Banco Central Europeu, ao longo do ano, e mesmo no final de 2021, quando a inflação ascendeu a 5%, esteve associada à sua visão – partilhada com a maioria dos bancos centrais – de que a inflação refletia fatores pontuais, relacionados com a subida do preço da energia e disrupções nas cadeias de distribuição decorrentes da pandemia, que deveriam dissipar no decurso de 2022.

Já em fevereiro de 2022, e apesar da ausência de sinais de pressões salariais (por seu lado, já visíveis nos EUA e Reino Unido), o BCE reforçou a sua vigilância sobre a evolução da inflação, ao considerar que iria permanecer elevada por um período de tempo mais prolongado, deixando em aberto todas as opções de atuação, em caso de necessidade.

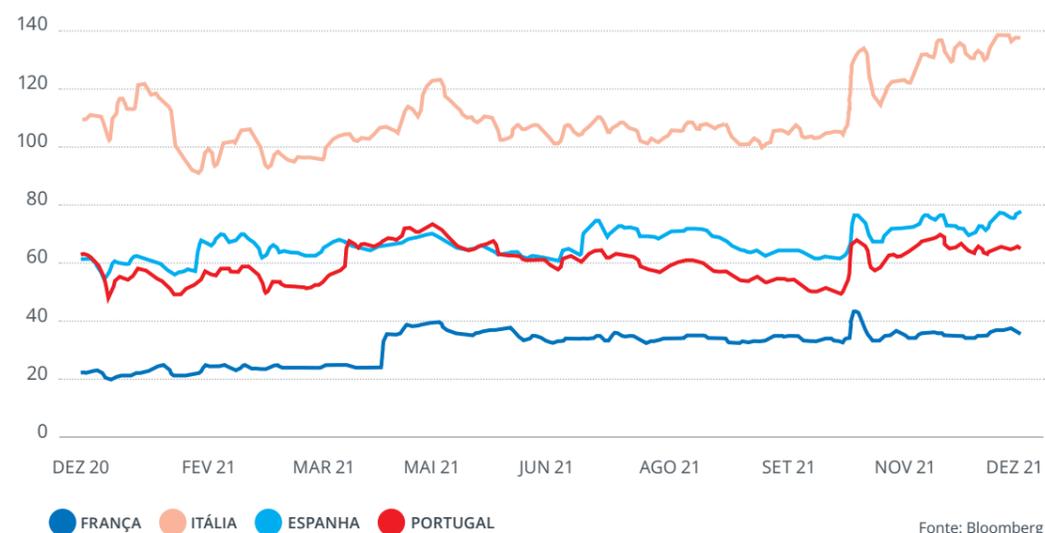
Neste contexto de aceleração da inflação, as **taxas de juro de longo prazo** apresentaram um perfil evolutivo ascendente, acomodando a diminuição, anunciada ou executada, do ritmo de aquisição líquida de ativos financeiros pelos bancos centrais. Na Zona Euro, ao longo do ano de 2021, o BCE procurou assegurar uma estabilidade das taxas de rendibilidade, enquanto as perspetivas de pressões inflacionistas conjugadas com uma política monetária menos expansionista por parte da Reserva Federal dos EUA se traduziram numa subida das taxas de juro longo prazo.

#### TAXAS DE JURO 10 ANOS



Os diferenciais de taxas de juro soberanas subiram no final do ano de 2021, revelando uma alteração na perceção de risco dos investidores face a um potencial cenário de subida de taxas de juro na Zona Euro e suas implicações sobre o valor dos ativos, em particular sobre o das economias cujos rácios de endividamento são mais elevados.

#### DIFERENCIAIS DE TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO FACE ALEMANHA (PB)

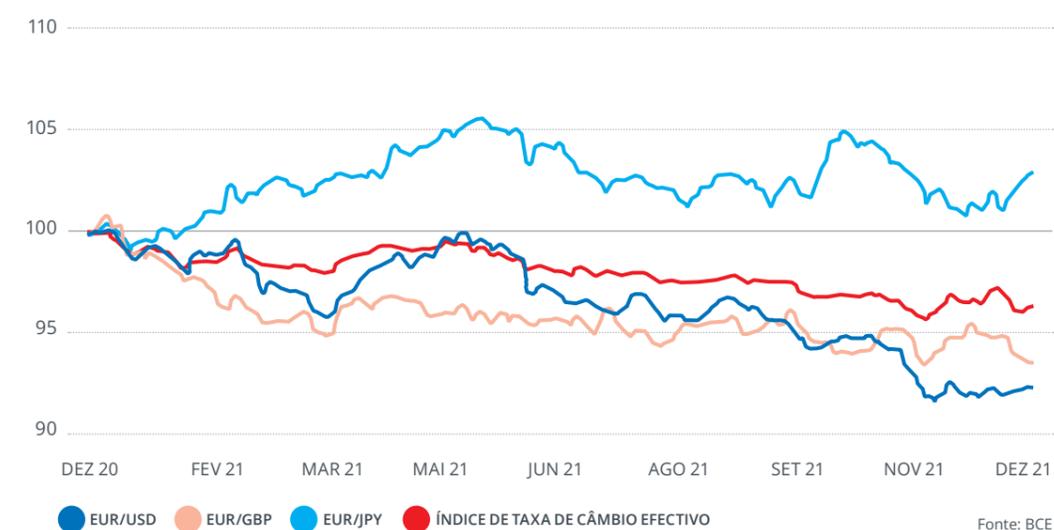


Em Portugal, a taxa de rendibilidade a 10 anos acentuou a sua tendência ascendente, em especial após a reunião do BCE de 3 de fevereiro de 2022, tendo superado o nível de 1% do qual resultou num ligeiro alargamento do *spread* face à Alemanha, em cerca de 10 p.b., para 78 pontos base, acima dos níveis observados ao longo do ano de 2021. A última vez que a *yield* tinha atingido 1% foi em abril de 2017, mas o *spread* chegou a atingir 150 p.b., num contexto em que a política monetária não convencional procurava responder a persistentes baixas taxas de inflação subjacente apesar de o crescimento económico evoluir favoravelmente.

Os mercados norte-americano e europeu, no final do ano, registaram um crescimento de quase 20%, suportados pela velocidade de recuperação das principais economias desenvolvidas.

No mercado cambial, o euro tendeu a depreciar ao longo de 2021 face às principais divisas, refletindo a divergência entre a prossecução de uma política monetária expansionista por parte do BCE, enquanto que outros bancos centrais começavam a anunciar a redução ou mesmo reduzir os estímulos, nomeadamente a Reserva Federal dos EUA e o Banco Central do Reino Unido. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,14 dólares, uma depreciação de cerca de 7%.

#### PRINCIPAIS TAXAS DE CÂMBIO (DEZ-2020 = 100)



O progressivo aumento da percentagem de pessoas vacinadas ao longo de 2021, contribuiu para reduzir os níveis de severidade da doença, e consequentemente permitir uma diminuição das restrições à mobilidade e atividade económica, por sua vez contribuindo para uma valorização generalizada dos **mercados acionistas**, fruto de uma retoma económica mais rápida face ao esperado, ainda suportada por políticas monetárias globalmente expansionistas.

Os mercados norte-americano e europeu, no final do ano, registaram um crescimento de quase 20%, suportados pela velocidade de recuperação das principais economias desenvolvidas.

#### MERCADOS ACIONISTAS (DEZ-20 = 100)





Em Portugal, o PSI acompanhou a tendência europeia, beneficiando do otimismo associado ao sucesso do processo de vacinação e recuperação económica, tendo, no final de 2021, atingindo níveis máximos registados em 2018.

A crise pandémica contribuiu para uma valorização do **ouro** para níveis acima dos 1 800 dólares a onça. Apesar da recuperação económica, a incerteza face ao aparecimento de novas variantes do vírus, e aos riscos geopolíticos crescentes, nomeadamente entre a Rússia e os EUA, continuam a suportar preços estruturalmente mais elevados face ao período pré-pandemia.

O **petróleo** registou uma pronunciada apreciação, tendo o Brent recuperado dos mínimos em redor de 20 dólares/barril, em 2020, para 90 dólares/barril no início de 2022. A rápida recuperação económica, associada ao aumento dos custos relacionados com transição energética, são os principais motores do crescimento do preço do barril de petróleo.

#### PREÇOS DO PETRÓLEO BRENT, EM DÓLARES POR BARRIL E ÍNDICE DE MATÉRIAS-PRIMAS (VARIÇÃO HOMÓLOGA)



## Economia Portuguesa

A recuperação da atividade económica em 2021 teve por base o sucesso do processo de vacinação, com a população a aderir de forma massiva, culminando em mais de 90% dos cidadãos com o plano vacinal completo. Apesar do aumento do número de casos ativos fruto da variante Ómicron, o número de pessoas com sintomas severos de doença e o número de óbitos eram, no final de 2021, inferiores em 70% ao registado no final de 2020.

Num contexto de pandemia gradualmente mais controlado, os diferentes setores de atividade económica foram reabrindo e normalizando a suas operações, ainda que sujeitos a regras específicas e pontuais de mitigação da pandemia, como a utilização de máscara, obrigatoriedade de apresentação de certificado de vacinação ou teste negativo à Covid-19 para aceder a estabelecimentos lúdicos e de turismo, por exemplo.

No 4.º trimestre de 2021, o aumento do número de contágios pela variante Ómicron, obrigou as autoridades portuguesas a reativar um conjunto de medidas específicas para o período do Natal e Ano Novo, com o regresso ao teletrabalho obrigatório, encerramento de bares e discotecas, obrigatoriedade de teste negativo e a redução da lotação em estabelecimentos comerciais.

A economia portuguesa, em 2021, terá crescido 4,9% em volume, o ritmo mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A economia iniciou o ano em contração, com um confinamento geral prolongado fruto da 3.ª vaga pandémica, e terminou com um confinamento parcial.

#### DADOS MACROECONÓMICOS

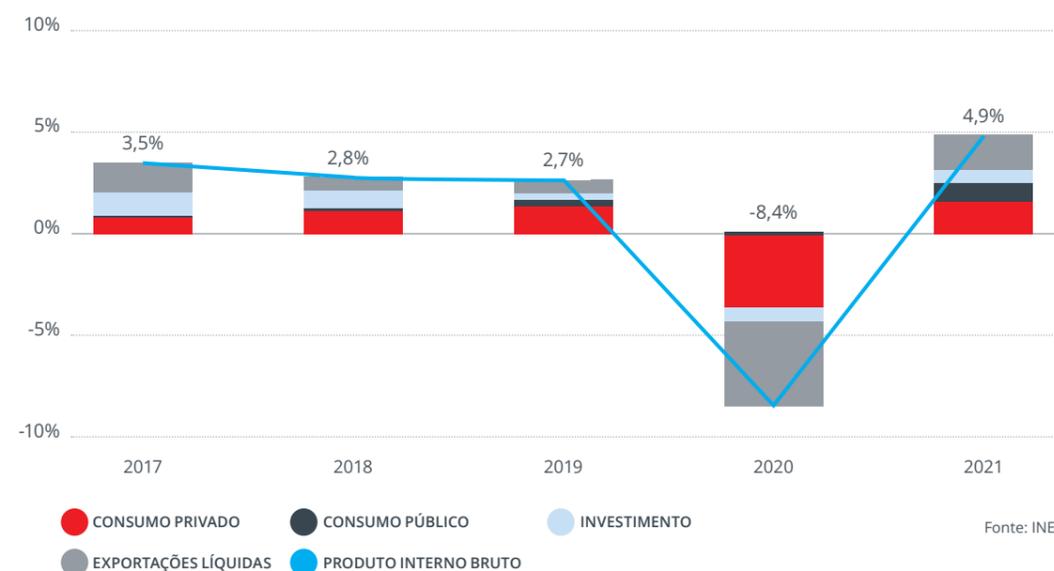
	2020	2021	2022 P
<b>PIB</b>	<b>-8,4</b>	<b>4,9</b>	<b>5,1</b>
CONSUMO PRIVADO	-7,1	4,4	3,9
CONSUMO PÚBLICO	0,4	5,0	4,6
INVESTIMENTO	-5,7	7,2	12,3
EXPORTAÇÕES	-18,6	13,0	17,7
IMPORTAÇÕES	-12,1	12,8	17,8
INFLAÇÃO MÉDIA	0,0	1,3	2,8
DESEMPREGO	7,0	6,5	6,3
SALDO ORÇAMENTAL (% DO PIB)	-5,1	-4,2(e)	-2,3
DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)	135,2	127,5	126,5
BAL. CORRENTE E CAPITAL (% DO PIB)	0,0	0,7	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

A procura interna contribuiu positivamente para o crescimento, após ter sido fortemente negativa em 2020, registando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento. O contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo em 2021, tendo-se registado crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e serviços.

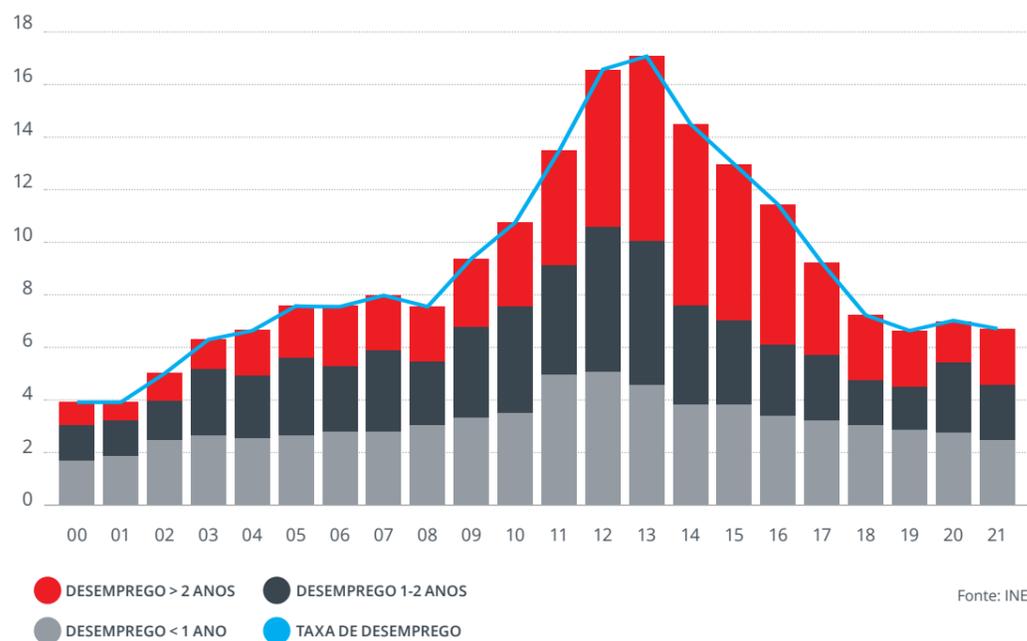
O **consumo privado** terá crescido cerca de 5% em 2021, tendo alcançado, no 4.º trimestre de 2021, o valor do final de 2019. O crescimento elevado em 2021 refletiu a recuperação das despesas em serviços, que beneficiaram do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação. O consumo de bens duradouros apresenta um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise.

## CONTRIBUTOS PARA O CRESCIMENTO DO PIB (TVH)



A recuperação do consumo privado fluiu da tendência descendente da taxa de desemprego que, acompanhada por um aumento da população ativa, com consequente crescimento do emprego, contribuiu para um aumento do rendimento disponível nominal em redor de 6.6%. O rendimento disponível das famílias beneficiou da rápida e completa recuperação das remunerações, a par do crescimento das prestações sociais disponibilizadas durante o período de confinamento.

## TAXA DE DESEMPREGO (%)



A taxa de poupança das famílias ascendeu a um máximo de 12.8% em 2020, refletindo motivos de precaução e uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo. Contudo, ao longo de 2021, a taxa de poupança reduziu-se moderadamente, à medida que os padrões de consumo foram retomados, em função dos graus de liberdade permitidos pelas restrições para travar a pandemia. Contudo, a taxa de poupança permaneceu acima dos níveis pré-pandemia.

**O investimento** apresentou uma tendência de recuperação ao longo de 2021, após uma queda contida em 2020, por comparação com recessões anteriores. A dinâmica de investimento foi transversal ao setor público e privado, destacando-se o crescimento da componente pública, fruto do impacto dos fundos europeus, em especial do Plano de Recuperação e Resiliência e de investimentos estruturantes.

O Plano português de Recuperação e Resiliência foi aprovado pela Comissão e Conselho Europeus em julho, permitindo a Portugal receber de imediato uma primeira tranche de cerca de 2,2 mil milhões de euros (dos 16,6 mil milhões que compõem o envelope financeiro global, dos quais 13,9 mil milhões correspondentes a subvenções a fundo perdido). Acresceu a execução dos projetos finais do Portugal 2020.

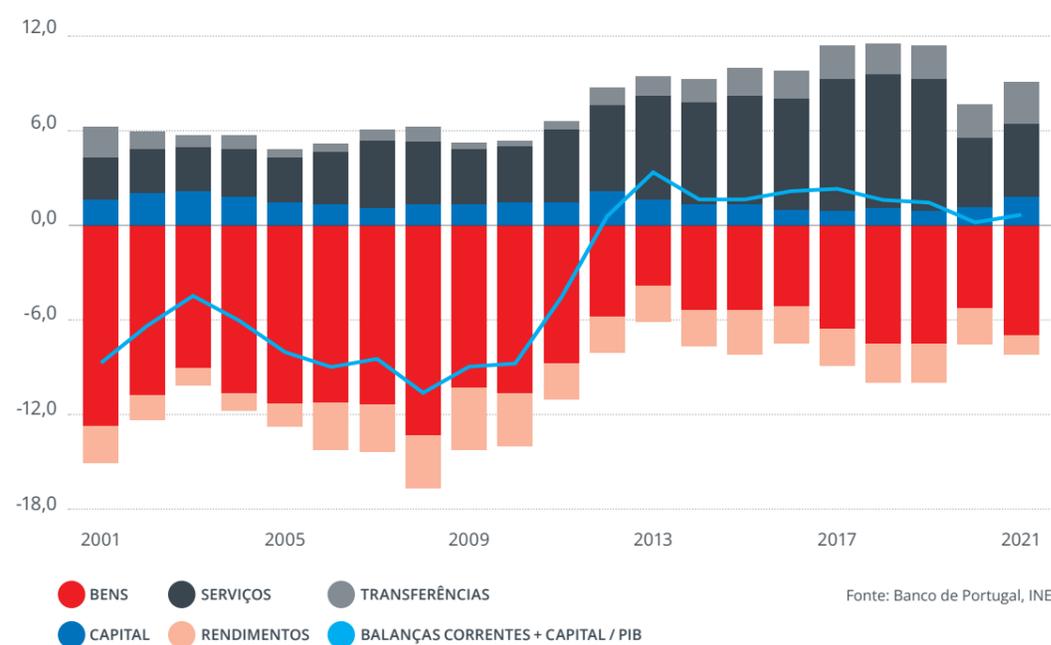
**As exportações** de bens e serviços terão crescido cerca de 9.6% em 2021, caracterizando-se por uma recuperação diferenciada entre bens e serviços, com as exportações de bens a excederem o nível pré-pandemia no final de 2021. As perturbações no abastecimento de matérias-primas e bens intermédios penalizaram as exportações de alguns setores, nomeadamente o setor automóvel.

O levantamento das restrições à mobilidade internacional e o aumento da confiança, permitiram que as exportações de serviços, em particular de turismo e transporte, recuperassem de forma progressiva, após a queda abrupta em 2020 e no início de 2021. O agravamento da pandemia fruto da variante Ómicron no 4.º trimestre de 2021 implicou uma evolução mais contida dos fluxos de turismo, embora outubro e novembro tivessem registado níveis de atividade muito próximos dos de 2019.

**As importações** de bens cresceram em função da procura agregada, de forma sustentada, apesar das restrições nas cadeias globais e perturbações em alguns setores. As importações terão, assim, crescido cerca de 10% em 2021.

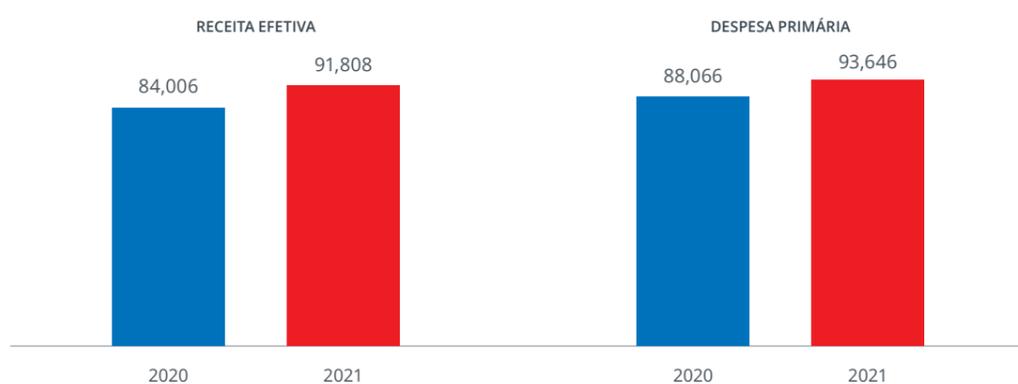
O saldo da balança corrente e de capital voltou a ser positivo em 2021, suportado pela recuperação parcial da balança de serviços, refletindo a retoma parcial do turismo em especial no 3.º trimestre. A balança de bens agravou o défice, refletindo o aumento da procura de bens que acompanhou a gradual diminuição das medidas de restrição ao normal funcionamento da atividade económica, bem como a subida dos preços dos combustíveis. A balança de capital beneficiou dos fundos europeus, reforçando o seu contributo para o excedente, enquanto a redução do pagamento de juros da dívida pública ao exterior teve também um impacto positivo nas contas externas.

#### BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL (% PIB)



As contas públicas, em 2021, caracterizaram-se por uma redução do défice orçamental face a 2020, podendo ter ficado próximo, mas abaixo do limite de 3% do PIB, fruto de uma retoma económica que se revelou mais favorável face ao inicialmente esperado, e cujo impacto contribuiu para um aumento das receitas fiscais. Também a dinâmica do mercado laboral contribuiu para o crescimento das contribuições sociais.

#### RECEITA EFETIVA E DESPESA PRIMÁRIA (€ MN)



Fonte: Ministério das Finanças

A dívida pública recuou para próximo de 130% do PIB, em 2021, uma redução de quase 5p.b. face a 2020. No entanto, em termos absolutos, manteve a trajetória de crescimento ficando próximo dos 280 mil milhões de euros, um crescimento de quase 4% face aos níveis de 2020.

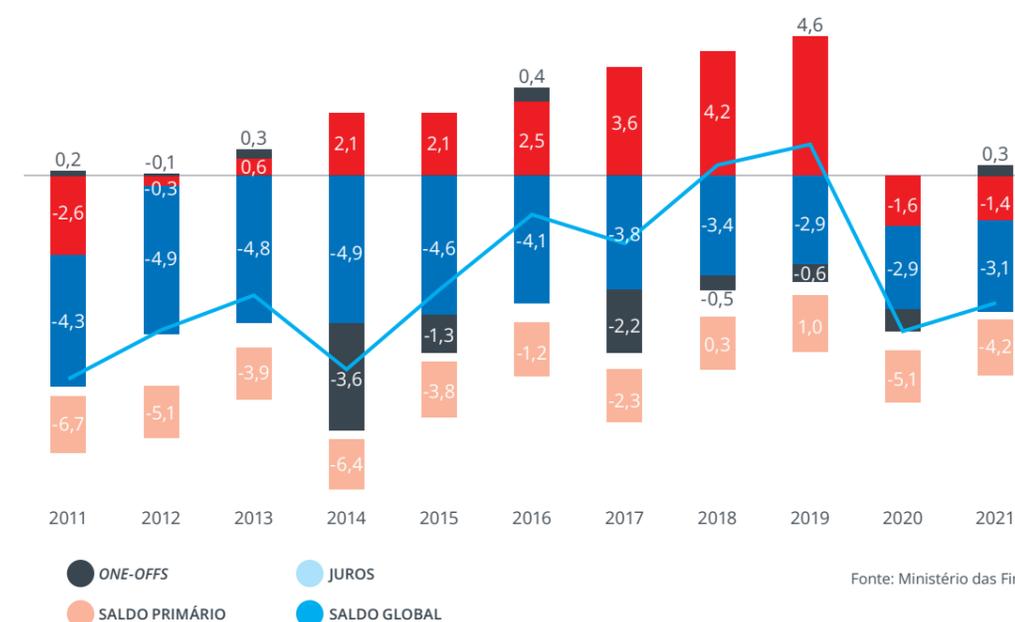
No conjunto da economia portuguesa, o rácio global de endividamento situou-se próximo dos 332% do PIB, com o setor privado empresarial a situar-se nos 131% e as famílias nos 71% do PIB, claramente abaixo dos níveis observados no início da década de 2010.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (estável), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o *rating* BBB – high (estável). Esta situação consubstancia uma estabilidade face ao ano anterior, com exceção da Moodys, que reviu o *rating* em alta. A *yield* dos 10 anos, a 11 de fevereiro de 2022, situava-se em 1,13%, correspondendo a um diferencial de 87p.b. face à Alemanha.

Em 2021, as necessidades de financiamento do Estado diminuíram face a 2020, em cerca de 4 mil milhões de euros, decorrente de um acréscimo de receita superior ao crescimento da despesa. O aumento da receita resultou da evolução favorável da receita fiscal e contributiva e do contributo da receita não fiscal e não contributiva, refletindo a retoma da atividade económica e o aumento das transferências provenientes de fundos europeus no âmbito do REACT-EU, PRR e FSE.

O aumento da despesa deveu-se sobretudo ao aumento das transferências, à aquisição de bens e serviços e despesa com pessoal, mitigado pela evolução favorável da despesa com juros e outros encargos.

#### SALDO ORÇAMENTAL (% PIB)





O setor bancário português (dados a setembro de 2021) caracterizou-se pelo aumento do crédito concedido aos setores mais afetados e à habitação, acompanhando uma retoma económica acima das expectativas.

Em fevereiro de 2021 o Tesouro emitiu um título de 3 mil milhões de euros de maturidade de 30 anos e uma taxa de 1.022%, contribuindo para diversificar as necessidades de liquidez ao longo do tempo. Em abril de 2021 realizou uma emissão sindicada com maturidade de 10 anos, no montante de 4 mil milhões de euros e com uma taxa de 0.3%.

O **setor bancário português** (dados a setembro de 2021) caracterizou-se pelo aumento do crédito concedido aos setores mais afetados e à habitação, acompanhando uma retoma económica acima das expectativas. Em termos de rentabilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2020 (de 0,1% para 0,5%), com uma estabilização do rácio de fundos próprios de base (15,4%). O rácio de NPL diminuiu ligeiramente de 4,9% (a dezembro de 2020) para 4,0%, acompanhado por um reforço dos rácios de cobertura, em especial ao nível dos setores mais afetados, para quase 56%.

## Mercado de Seguros em Portugal

No ano de 2021, o volume da produção de seguro direto em Portugal ascendeu a 13,3 mil milhões de Euros, refletindo um aumento de 34,1% face ao valor verificado no ano anterior.

Ao longo do ano, o ramo Vida, contrariamente ao verificado em 2020, registou um acréscimo de 68,5%. Os ramos Não Vida, seguindo a tendência dos últimos anos, apresentaram um aumento da produção de 4,7%.

No ramo Vida, os planos de poupança reforma (PPR) viram o seu peso diminuir em cerca de 1,1 pontos percentuais (24,7% em 2021 e 25,8% em 2020), apesar de a sua produção ter aumentado 61,1% face a 2020.

Nos ramos Não Vida, à exceção do Aéreo, todos os ramos apresentaram um crescimento, sendo de destacar Acidentes e Doença (7,6%) e Incêndio e Outros Danos (5,7%).

### PRODUÇÃO\* DE SEGURO DIRETO EM PORTUGAL, POR RAMOS

MILHARES DE EUROS

	2020	2021**	Δ
<b>Vida</b>	<b>4 585 346</b>	<b>7 726 404</b>	<b>68,5%</b>
Seguro de Vida	2 675 060	3 062 061	14,5%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	1 910 286	4 663 593	144,1%
Operações de Capitalização	0	750	-
<b>Não Vida</b>	<b>5 365 574</b>	<b>5 619 021</b>	<b>4,7%</b>
Acidentes e Doença	2 028 285	2 182 730	7,6%
Acidentes de Trabalho	905 394	965 284	6,6%
Doença	950 861	1 032 161	8,6%
Outros Acidentes	172 030	185 285	7,7%
Incêndio e Outros Danos	946 103	999 605	5,7%
Automóvel	1 872 927	1 897 920	1,3%
Marítimo e Transportes	25 344	28 044	10,7%
Aéreo	10 365	10 132	-2,2%
Mercadorias Transportadas	19 367	19 730	1,9%
Responsabilidade Civil Geral	148 448	163 487	10,1%
Diversos	314 734	317 373	0,8%
<b>TOTAL</b>	<b>9 950 920</b>	<b>13 345 425</b>	<b>34,1%</b>

(\*) inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço.

(\*\*) valores provisórios

Fonte: ASF

Apesar do contexto vivido ao longo de 2021, o setor segurador tem revelado capacidade de reagir a situações adversas, uma vez que é caracterizado por um elevado grau de flexibilidade, capacidade de adaptação e inovação no desenvolvimento de soluções ajustadas às necessidades dos clientes. Nesta sequência, em 2022 espera-se que o setor continue a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa referir que, tratando-se do sexto ano desde a entrada em vigor do regime de Solvência II, foi possível verificar melhorias, quer ao nível do processo de certificação anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte e da qualidade da informação reportada.

Importa ainda referir que em 2022 estão previstas alterações à Diretiva II. O setor continuará a acompanhar os processos de revisão, em particular dos tópicos potencialmente mais relevantes para o mercado nacional.

A entrada em vigor da IFRS 17 – Contratos de Seguros a 1 de janeiro de 2023 define-se como um importante desafio. Esta nova norma irá introduzir uma profunda mudança na contabilização das demonstrações financeiras das empresas de seguros. A mensuração das responsabilidades dos contratos de seguro terá novas regras, trazendo maior exigência e complexidade.

A IFRS 17, publicada a 18 de maio de 2017 pelo International Accounting Standards Board (IASB), substituirá a IFRS 4 e cobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. A nova norma pretende trazer aos investidores e outros *stakeholders* uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros.

**No ano de 2021, o volume da produção de seguro direto em Portugal ascendeu a 13,3 mil milhões de Euros, refletindo um aumento de 34,1% face ao valor verificado no ano anterior.**



Na perspetiva regulatória, a proteção do consumidor prevaleceu no centro das medidas adotadas em 2021. A Lei n.º 32/2021, de 27 de maio, estabeleceu limitações à redação de cláusulas contratuais e previu a criação de um sistema de controlo e prevenção de cláusulas abusivas, alterando o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que instituiu o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais.

A 14 de julho aprovou-se o Decreto-Lei n.º 59/2021, que estabeleceu o regime aplicável à disponibilização e divulgação de linhas telefónicas para contacto do consumidor.

A Lei 75/2021, publicada a 18 de novembro, reforça o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, proibindo práticas discriminatórias e consagrando o direito ao esquecimento, alterando a Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, e o regime jurídico do contrato de seguro. O legislador visou garantir que os consumidores que “tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou deficiência” não sejam “sujeitos a um aumento de prémio de seguro e /ou exclusão de garantias” na contratação de determinados créditos; e que não é recolhida, em contexto pré-contratual, “nenhuma informação de saúde relativa à situação médica que originou o risco agravado de saúde ou a deficiência”, desde que tenham decorrido determinados prazos.

Anteveem-se dificuldades sérias em 2022 nos procedimentos universalmente adotados pelas seguradoras de análise, avaliação, seleção, tarifação e subscrição dos riscos de vida. De igual modo, antecipam-se impactos negativos na exploração do ramo, variáveis de segurador para segurador, consoante a estrutura das carteiras. Pode haver, inclusive, a necessidade de generalizado reajustamento de prémios dos contratos de vida risco - quer de novos quer, quando possível, de seguros em carteira - designadamente por decorrência de condições de acesso a coberturas de resseguro.

No final do ano, a 20 de dezembro, foi publicada a Lei n.º 93/2021 (Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações), que transpõe para o ordenamento jurídico português a Diretiva *Whistleblowing*. Este diploma visa o reforço das condições de proteção dos denunciantes, através da proibição de retaliação e o reconhecimento do estatuto do denunciante. Adicionalmente, é instituída a necessidade de implementação de canais de denúncia interna, obrigatórios para entidades, públicas ou privadas, que empreguem 50 ou mais trabalhadores; e canais de denúncia externa, a serem criados pelas autoridades competentes.

Continua a destacar-se a contínua monitorização do cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que entrou em vigor em 25 de maio de 2018. Este regulamento, que surgiu como uma consequência direta da evolução tecnológica, sobretudo ao nível da utilização de dados cada vez mais granulares e de processos de partilha de dados mais complexos, está diariamente presente na tomada de decisões estratégicas das entidades e o seu cumprimento revela-se imprescindível para uma gestão sã e prudente das mesmas. Os responsáveis pelo tratamento de dados pessoais valorizam a confiança dos titulares na forma como os dados são tratados e, por isso mesmo, atuam com a maior transparência relativamente ao processamento dos dados.

O ano de 2022 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta ao supervisor, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral. A par da implementação e operacionalização de exigentes requisitos legais e regulamentares, identifica-se, na sociedade em geral, uma crescente preocupação com os riscos cibernéticos e com a segurança da informação, tema que será também um dos focos no futuro próximo do setor.

# 1.4

## Análise de Gestão

### SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz é determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros. Este sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;
- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

Durante o ano de 2021, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o Regime de Solvência II veio incutir na atividade.



Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco;
- Elaboração e aprovação do relatório *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), apresentando o perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos. Em qualquer um dos cenários a Companhia revelou sempre rácios de solvência suficientes para o cumprimento dos requisitos regulamentares;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Certificação do reporte anual de 2020 (qualitativo e quantitativo) por parte do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável, no cumprimento da Norma Regulamentar N.º 2/2017-R de 24 de março;
- Elaboração do relatório anual *Solvency and Financial Condition Report* (SFCR), comunicação à ASF em conjunto com os relatórios de certificação;
- Divulgação pública do SFCR e respetivos relatórios do ROC e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;
- Monitorização dos planos de implementação de recomendações emitidas por Auditores (externos e internos), pelo Supervisor e pelo Atuário Responsável;
- Implementação de procedimentos, políticas e medidas decorrentes da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados à atividade da Companhia e que visam a plena conformidade com este diploma;
- Melhoria dos procedimentos de controlo e revisão de indicadores de reporte.

A envolvimento e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

Durante o ano de 2021, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II veio incutir na atividade.

## SÍNTESE DE INDICADORES

MILHÕES DE EUROS

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA	2021	2020
<b>Posição financeira</b>		
Ativo líquido	55,6	53,1
Passivo	32,3	32,0
Capitais próprios	23,3	21,0
Resultado líquido	9,4	4,0
<b>Atividade seguradora</b>		
Prémios brutos emitidos	74,0	61,0
Custos com sinistros de seguro direto	(15,5)	(17,0)
Custos de aquisição	(33,3)	(27,1)
Saldo de resseguro	(6,6)	(6,1)
Resultados dos investimentos	0,2	0,2
Número de apólices em vigor (seguro direto e resseguro aceite)	488 196	425 266
<b>Outras variáveis e rácios</b>		
Número de colaboradores (em 31 de Dezembro) (*)	76	65
Prémios emitidos / Número de colaboradores	1,0	0,9
Resultado líquido / Número de colaboradores	0,1	0,1
Resultado líquido / Prémios emitidos	13%	7%

(\*) Colaboradores das 2 seguradoras Aegon Santander Portugal + Administrador Delegado





## ATIVIDADE COMERCIAL

Em janeiro de 2015, a Aegon Santander Portugal Não Vida iniciou a sua atividade operacional tendo apenas uma carteira de seguros de Acidentes Pessoais de 6 milhares de apólices. Passados 7 anos a oferta da Companhia alargou tendo atualmente 488 milhares de apólices em vigor, nos ramos de Acidentes Pessoais, Incendio e outros danos, Acidentes de trabalho e desde 2019, também Doença e Responsabilidade civil geral.

Esta evolução é demonstrativa da confiança que as soluções de proteção da Companhia têm merecido por parte dos clientes, bem como os investimentos efetuados em anos anteriores.

O exercício de 2021, fica marcado por: (i) consolidação e desenvolvimento dos seguros de saúde; e (ii) consolidação das soluções de serviço e assistência disponibilizadas aos clientes de forma transversal.

Nesta base, atuando em diferentes linhas de negócio, a atividade em 2021 permitiu obter um volume de prémios emitidos de 74 milhões de Euros (2020: 61 milhões de Euros), sendo o ramo de Incêndio e outros dano responsável por 77% (2020: 82%) deste montante.

A Companhia encerra 2021 com um total de apólices em vigor de 488 196 (2020: 425 266 apólices), representando um crescimento de 14,8%.

Os custos com sinistros de seguro direto situaram-se nos 15,5 milhões de Euros (2020: 17 milhões de Euros) representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 20,9% (2020: 27,9%), sendo o produto de Multirrisco habitação o principal responsável a este nível.

## GESTÃO DE ATIVOS

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os anos de 2021 e 2020, a Companhia não possui quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais ativos financeiros são analisados como segue:

	MILHÕES DE EUROS	
ATIVOS FINANCEIROS	2021	2020
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5,2	6,7
<b>Ativos disponíveis para venda</b>		
Títulos de dívida pública	11,5	11,3
De outros emissores	33,1	28,9
<b>TOTAL</b>	<b>49,8</b>	<b>46,8</b>

Em 2021, os resultados obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 205 milhares de euros (2020: 180 milhares de Euros).

## CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Em 2021 os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 5,9 milhões de Euros (2020: 6 milhões de Euros), destacando-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis, como segue:

	MILHÕES DE EUROS	
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2021	2020
Gastos com o pessoal	1,3	1,2
Fornecimentos e serviços externos	3,5	3,7
Impostos e taxas	0,2	0,1
Depreciações e amortizações do exercício	0,6	0,7
Comissões	0,3	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>5,9</b>	<b>6,0</b>

Os investimentos e melhorias contínuas introduzidos nos processos da Companhia, permitem uma estabilização da estrutura de custos, apesar do aumento de atividade e das soluções disponibilizadas aos Clientes.

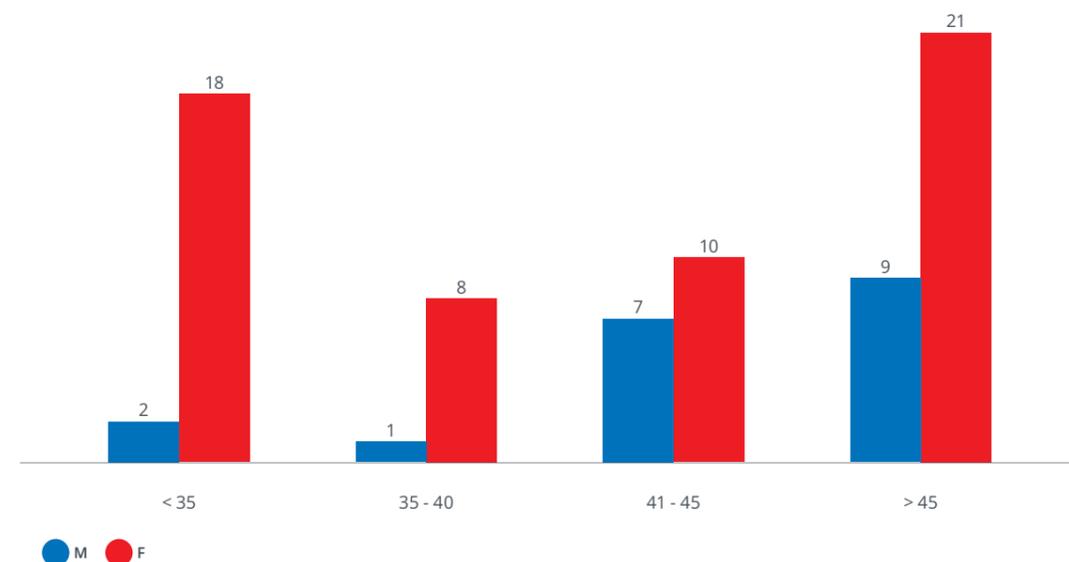
## RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

Na Aegon Santander Portugal, a missão é clara: ajudar os seus clientes a proteger o que lhes é mais precioso está no centro do que as equipas da Aegon Santander fazem. Este compromisso para com os clientes e alinhamento com a estratégia de negócio definida pelos Acionistas, contribuem de forma decisiva para o forte desempenho financeiro obtido e exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Aegon Santander Portugal (Vida e Não Vida), conta com 76 colaboradores (incluindo Administrador Delegado).

Os colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 42 anos, sendo 75% mulheres e 25% homens.

### ESTRUTURA DE COLABORADORES



A estratégia de recursos humanos suporta a *performance* da Companhia, dando ênfase a: (i) foco nos clientes, ligando as atividades do dia-a-dia com a missão da organização; (ii) autonomia para os colaboradores atuarem em linha com os valores da Companhia; (iii) criar um ambiente de inclusividade e diversidade onde o contributo de todos é valorizado; e (iv) investimento ativo em competências, mind-sets e capacidades necessárias para alcançar sucesso na era digital.

A Companhia mantém igualmente o seu compromisso com os seus colaboradores, no que respeita ao desenvolvimento das suas carreiras e competências. Desenvolver novos líderes com foco na agilidade e execução e uma equipa globalmente capacitada para continuar a entregar crescimento contínuo para a Aegon Santander são prioridades dentro da organização.

Desde 2016, a Aegon Santander tem sido distinguida consecutivamente como uma das melhores empresas para trabalhar. Este facto que confirma a estratégia seguida na atração e retenção de talento e materializa-se na excelência dos resultados alcançados ao longo dos anos em todas as vertentes da atividade.

## CAPITAL PRÓPRIO E SOLVÊNCIA

No final do ano de 2021, o Capital Próprio da Companhia encontrava-se nos 23,3 milhões de Euros (2020: 21,0 milhões de Euros), o que representa um decréscimo de 2,3 milhões de Euros face ao ano transato. Esta evolução é essencialmente explicada pelo resultado líquido do exercício, distribuição de dividendos e variação negativa da reserva de justo valor.

No que se refere aos requisitos de capital, a Companhia privilegia a manutenção de rácios de solvência robustos, por forma a permanecer numa situação financeira estável. A gestão do nível de solvência é efetuada numa base trimestral, atendendo tanto às alterações do seu perfil de risco como das condicionantes económicas. Tendo por base o Regime Solvência II, definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia respondeu aos seus requisitos durante o ano de 2021.

Como tal, é entendimento do Conselho de Administração, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2021, tendo por base a sua informação financeira e regulatória disponível. O rácio de solvência será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2022.





## NOTA FINAL

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia.

Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 16 de março de 2022

O Conselho de Administração

## PERSPETIVAS PARA 2022

A Aegon Santander Portugal Não Vida reagiu bem aos desafios introduzidos pela pandemia Covid-19 e está bem posicionada perante os clientes que procuram marcas de confiança, soluções de valor, conveniência e serviços fiáveis.

Nesta base, a Companhia continuará a investir e inovar, mantendo foco na estratégia comercial definida, apostando nas sinergias que advêm do modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda. Nesta base, a experiência de cliente, terá o nosso foco, através da simplificação das *customer journeys*, digitalização e automatização com componentes de robótica e inteligência artificial.

O ano de 2022 ficará igualmente marcado pela continuidade das atividades de implementação do normativo IFRS 17, de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2023.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido da Aegon Santander Portugal Não Vida, em 2021, é de 9.404.312 Euros.

Deste resultado, 10% será utilizado para o reforço da Reserva Legal no montante de 940.431 Euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 147/2015.

No que diz respeito ao remanescente, no montante de 8.463.881 Euros, o Conselho de Administração propõe a sua distribuição em dividendos pelos Acionistas.

# 02

## Demonstrações Financeiras e Anexo

EUROS

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA	NOTAS	2021	2020
CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	2 l), 5	65 235 780	53 768 346
Prémios brutos emitidos		74 039 079	60 956 522
Prémios de resseguro cedido		(7 921 533)	(6 679 414)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(845 412)	(459 585)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(36 354)	(49 178)
<b>Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços</b>		-	-
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	2 l), 6	(14 598 076)	(16 747 029)
Montantes pagos		(15 258 326)	(13 716 340)
Montantes brutos		(15 825 147)	(13 894 567)
Parte dos resseguradores		566 821	178 227
Provisão para sinistros (variação)		660 250	(3 030 689)
Montante bruto		362 036	(3 082 316)
Parte dos resseguradores		298 214	51 627
<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)</b>		-	-
Montante bruto		-	-
Parte dos resseguradores		-	-
<b>Participação nos resultados, líquida de resseguro</b>		-	-
<b>Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)</b>	2 l), 7	(1 078 150)	(959 230)
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	2 l), 8	(37 236 039)	(31 169 567)
Custos de aquisição		(33 345 931)	(27 089 566)
Custos de aquisição diferidos (variação)		299 837	139 856
Gastos administrativos		(4 681 987)	(4 579 736)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		492 042	359 879
<b>Rendimentos</b>	2 p), 9	647 653	609 213
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		647 653	609 213
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-
Outros		-	-
<b>Gastos financeiros</b>	2 p), 10	(479 500)	(431 715)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(461 937)	(413 860)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-
Outros		(17 563)	(17 855)
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	2 d), 13	19 649	(15 126)
De ativos disponíveis para venda		19 649	(15 126)
De empréstimos e contas a receber		-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-
De outros		-	-
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-
<b>Diferenças de câmbio</b>		-	-
<b>Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</b>		-	-
<b>Perdas de imparidade (líquidas de reversão)</b>		3 971	(26 111)
De ativos disponíveis para venda		-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-
De outros		3 971	(26 111)
<b>Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro</b>		(1 397)	(13 706)
<b>Outras provisões (variação)</b>		-	-
<b>Outros rendimentos/gastos</b>	2 c), 2 s), 14	215 709	293 780
<b>Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas</b>		-	-
<b>Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial</b>		-	-
<b>Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda</b>		-	-
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>12 509 919</b>	<b>5 308 854</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes</b>	2 m), 20	-	(1 308 326)
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos</b>	2 m), 20	-	(9)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>-</b>	<b>4 000 519</b>

EUROS

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA	NOTAS	2021	2020	
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	VALOR BRUTO	IMPARIDADE DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>	2 g), 15	5 228 835	5 228 835	6 689 166
<b>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</b>		100	-	100
Valorizados ao custo		100	-	100
Valorizados ao justo valor		-	-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>		-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-
Titulos de dívida		-	-	-
Derivados		-	-	-
Outros		-	-	-
<b>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-
Titulos de dívida		-	-	-
Outros		-	-	-
<b>Derivados de cobertura</b>		-	-	-
Cobertura de justo valor		-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-	-
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	2 d), 16	44 596 141	-	40 146 337
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-
Titulos de dívida		44 596 141	-	40 146 337
Outros		-	-	-
<b>Empréstimos concedidos e contas a receber</b>		-	-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-
Outros depósitos		-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-
Contas a receber		-	-	-
Outros		-	-	-
<b>Investimentos a deter até à maturidade</b>		-	-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-	-
Titulos de dívida		-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-
Outros		-	-	-
<b>Terrenos e edifícios</b>		-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-
<b>Outros ativos tangíveis</b>		-	-	-
Inventários		-	-	-
Goodwill		-	-	-
<b>Outros ativos intangíveis</b>	2 c), 17	8 397 121	3 915 632	5 062 864
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	2 l), 18	770 934	-	500 624
Provisão matemática		22 617	-	42 742
Provisão para sinistros		500 108	-	201 894
Provisão para participação nos resultados		248 209	-	255 988
Outras provisões técnicas		-	-	-
<b>Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo</b>		-	-	-
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>	2 d), 2 l), 19	552 377	54 882	405 695
Contas a receber por operações de seguro direto		548 496	54 882	387 490
Contas a receber por operações de resseguro		3 881	-	18 204
Contas a receber por outras operações		-	-	-
<b>Ativos por impostos e taxas</b>	2 m), 20	-	-	135 943
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	135 943
Ativos por impostos diferidos		-	-	-
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	2 s), 21	15 804	-	114 386
<b>Outros elementos do ativo</b>		284	-	148
<b>Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</b>		-	-	-
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>59 561 597</b>	<b>3 970 514</b>	<b>53 055 263</b>

EUROS

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA	NOTAS	2021	2020
<b>DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>			
<b>PASSIVO</b>			
<b>Provisões técnicas</b>	2 l), 19	19 101 618	17 839 929
Provisão para prémios não adquiridos		3 057 821	2 512 246
Provisão para sinistros		10 362 632	10 724 668
De acidentes de trabalho		9 148	13 139
De outros ramos		10 353 484	10 711 529
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		5 678 701	4 600 327
Provisão para riscos em curso		2 464	2 687
Provisão para envelhecimento		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
<b>Outros passivos financeiros</b>		18 529	-
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		18 529	-
Outros		-	-
<b>Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo</b>		-	-
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>	2 l), 22	8 706 381	11 350 613
Contas a pagar por operações de seguro direto		3 719 921	3 061 094
Contas a pagar por operações de resseguro		1 923 986	1 849 617
Contas a pagar por outras operações		3 062 474	6 439 902
<b>Passivos por impostos e taxas</b>	2 m), 20	3 172 631	905 432
Passivos por impostos (e taxas) correntes		3 118 398	717 734
Passivos por impostos diferidos		54 232	187 698
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	2 s), 21	1 280 944	1 941 493
Outras provisões		-	-
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>32 280 103</b>	<b>32 037 466</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>Capital</b>	2 h), 23	7 500 000	7 500 000
Dividendo Antecipado		-	-
Outros instrumentos de Capital		-	-
<b>Reservas de reavaliação</b>	2 j), 23	232 059	744 923
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		232 059	744 923
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
<b>Reserva por impostos diferidos</b>	2 k), 23	(61 496)	(193 680)
<b>Outras reservas</b>	2 i), 23	6 236 104	5 836 052
Reserva legal		1 336 104	936 052
Reserva estatutária		-	-
Prémios de emissão		4 900 000	4 900 000
Outras reservas		-	-
<b>Resultados transitados</b>		-	3 129 983
<b>Resultado do exercício</b>		9 404 312	4 000 519
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>23 310 980</b>	<b>21 017 797</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>55 591 082</b>	<b>53 055 263</b>

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
<b>Capital próprio em 31 de dezembro 2020</b>	2 h), 23	<b>7 500 000</b>	<b>744 923</b>	<b>(193 680)</b>	<b>5 836 052</b>	<b>3 129 983</b>	<b>4 000 519</b>	<b>21 017 797</b>
Aplicação de resultados	2 i), 23	-	-	-	400 052	-	(400 052)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(3 129 983)	(3 600 467)	(6 730 450)
<b>Outro rendimento integral:</b>								
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 23	-	(512 864)	-	-	-	-	(512 864)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	2 k), 23	-	-	132 184	-	-	-	132 184
<b>Total da variação do Capital Próprio</b>		<b>-</b>	<b>(512 864)</b>	<b>132 184</b>	<b>400 052</b>	<b>(3 129 983)</b>	<b>(4 000 519)</b>	<b>(7 111 129)</b>
<b>Resultado do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9 404 312</b>	<b>9 404 312</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO A 31 DEZEMBRO 2021</b>		<b>7 500 000</b>	<b>232 059</b>	<b>(61 496)</b>	<b>6 236 104</b>	<b>0</b>	<b>9 404 312</b>	<b>23 310 980</b>

AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
<b>Capital próprio em 31 de dezembro 2019</b>	2 h), 23	<b>7 500 000</b>	<b>451 444</b>	<b>(112 861)</b>	<b>5 341 003</b>	<b>3 674 542</b>	<b>4 950 490</b>	<b>21 804 618</b>
Aplicação de resultados	2 i), 23	-	-	-	495 049	-	(495 049)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(544 559)	(4 455 441)	(5 000 000)
<b>Outro rendimento integral:</b>								
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 23	-	293 479	-	-	-	-	293 479
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	2 k), 23	-	-	(80 819)	-	-	-	(80 819)
<b>Total da variação do Capital Próprio</b>		<b>-</b>	<b>293 479</b>	<b>(80 819)</b>	<b>495 049</b>	<b>(544 559)</b>	<b>(4 950 490)</b>	<b>(4 787 340)</b>
<b>Resultado do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4 000 519</b>	<b>4 000 519</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO A 31 DEZEMBRO 2020</b>		<b>7 500 000</b>	<b>744 923</b>	<b>(193 680)</b>	<b>5 836 052</b>	<b>3 129 983</b>	<b>4 000 519</b>	<b>21 017 797</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	NOTAS	2021	2020
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>9 404 312</b>	<b>4 000 519</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>			
Ativos que reclassificam por resultados			
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 23	(512 864)	293 479
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	2 k), 23	132 184	(80 819)
<b>RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO EXERCÍCIO</b>		<b>9 023 633</b>	<b>4 213 179</b>

## AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Operações de seguro</b>		
Prémios de seguro direto	81 749 497	67 894 598
Custos com sinistros de seguro direto	(13 841 996)	(14 938 351)
Comissões por intermediação de seguros	(26 838 126)	(22 530 985)
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(6 824 897)	(5 811 702)
<b>Outros fluxos de caixa</b>		
Pagamentos a fornecedores	(8 760 195)	(5 208 329)
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(9 443 236)	(9 584 865)
Outros fluxos de caixas operacionais	(1 013 624)	(903 696)
<b>TOTAL</b>	<b>15 027 423</b>	<b>8 916 669</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Investimentos financeiros</b>		
Aquisições	(8 822 266)	(7 928 135)
Vendas	416 814	459 103
Amortizações de capital	2 933 390	860 000
Rendimentos de títulos	714 759	614 069
<b>Outros investimentos</b>		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	-	-
<b>Total</b>	<b>(4 757 303)</b>	<b>(5 994 963)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos	(11 730 450)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(11 730 450)</b>	<b>-</b>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(1 460 331)	2 921 706
Caixa e Equivalentes e Depósitos no início do período	6 689 166	3 767 460
Caixa e Equivalentes e Depósitos no final do período	5 228 835	6 689 166

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

## NOTAS EXPLICATIVAS

(Montantes em Euros, exceto quando expressamente indicado)

## 1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido do ramo não vida – Acidentes e doença e Incêndio e outros danos, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP).

Os seguros não vida (ramos reais) têm por objeto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais, bem como os seguros pessoais (exceto o seguro de vida). No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais, acidentes de trabalho e multiriscos habitação.

Conforme indicado na Nota 23, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se insere (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 12.400.000 Euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7.500.000 Euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 Euro cada, e o prémio de emissão no montante de 4.900.000 Euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida – Acidentes pessoais, pelo montante de 500.000 Euros, bem como os respetivos ativos e passivos associados. Adicionalmente, a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400.000 Euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguro correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A. ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado em 16 de dezembro de 2010 com a Liberty Seguros, S.A., sucessora da Génesis Seguros Generales, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (adiante designada “Carteira Liberty”) – seguros do ramo Incêndio e outros danos.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

Em 27 de fevereiro de 2015 o Banco Santander Totta, S.A. notificou a Liberty Seguros, S.A. para efeitos de aquisição da Carteira mencionada anteriormente, sendo que esta operação foi efetivada através da celebração de um tratado de co-seguro e de resseguro, em julho de 2015, entre a Companhia e a Liberty Seguros S.A. No âmbito destes acordos os novos contratos de seguro do ramo Incêndio e outros danos são comercializados em co-seguro entre a Companhia e a Liberty Seguros, S.A. e

adicionalmente a Liberty Seguros S.A. cede e a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. aceita uma parte do risco de seguro da carteira nos termos do tratado de resseguro celebrado entre as duas Companhias.

Salienta-se ainda que estes tratados mantiveram-se em vigor até ao final do primeiro semestre de 2018, momento em que ocorreu a migração total da carteira de apólices em vigor à data para a Aegon Santander Portugal Não Vida e excluem todas as novas apólices subscritas a partir de 1 de abril de 2017, as quais são comercializadas exclusivamente pela Aegon Santander Portugal Não Vida.

Em setembro de 2019, concretizou-se a incorporação do ramo de atividade adquirido à Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A. no final de 2018, composto por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o sétimo exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2021.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

## 2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

### BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

## NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

### **Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2021:**

- IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19'. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(is) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro - diferimento da aplicação da IFRS 9'. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 - Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de juro de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, que a União Europeia já endossou:**

- IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021). A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 - 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já estiver a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar esta extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser

efetuada pela aplicação do modelo completo (*building block approach*) ou simplificado (*premium allocation approach*). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

**Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, mas que a União Europeia ainda não endossou:**

- IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um *covenant*. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS *Practice Statement 2*, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 8 (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 17 (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um *overlay* na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

### a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia explora os ramos de seguros não vida de Acidentes Pessoais e Incêndio e outros danos, estes são os seus únicos segmentos.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

### b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,50%
- Máquinas e ferramentas 20,00%
- Equipamento informático 33,33%
- Material de transporte 25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou nesta rubrica o preço de aquisição das carteiras de seguros não vida transferidas da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 2014 e da Popular, Companhia de Seguros, S.A. em 2019, bem como o custo de aquisição do direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty. Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### d) Ativos financeiros

#### i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Investimentos em filiais

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.

- Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.

- Empreendimentos conjuntos

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis.

Atualmente a Companhia apenas possui uma participação de 100 Euros na Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE).

- Ativos financeiros detidos para negociação

Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

- Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

- Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.

- Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

- Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

### ***ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento***

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### ***iii) Mensuração subsequente***

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os *exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a

valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do *Bloomberg Generic Price* (BGN), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela Bloomberg. Caso não exista um preço BGN, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

#### v) Imparidade

##### Imparidade de títulos

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respetivo custo e,
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade, utilizado pela Companhia, teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

### Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica 'Contas a receber por operações de seguro direto'.

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

#### e) Outros ativos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período. O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade.

Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

#### f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

#### g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

#### h) Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente

a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

#### i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

#### j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

#### k) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

#### l) Contratos de seguro e contratos de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, ou seja, aceita um risco de seguro significativo de outra parte, mediante a aceitação de um valor (prémio), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

O PCES define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como rendimentos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação.

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro.

Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.

- **Provisão para prêmios não adquiridos**

A provisão para prêmios não adquiridos é baseada na avaliação dos prêmios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, da ASF, calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método prorata temporis a partir dos prêmios comerciais deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor. Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prêmios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

- **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prêmios não adquiridos e dos prêmios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto e resseguro aceite, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

- **Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados ("IBNR") e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização. A provisão para sinistros IBNR é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão, é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Para o cálculo da provisão para sinistros IBNR, foram efetuadas estimativas atuariais, baseadas nas características específicas dos ramos e produtos comercializados pela Companhia.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada. A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR). A Companhia tem ainda em consideração o montante necessário para fazer face à gestão de sinistros.

- **Provisão para desvios de sinistralidade**

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Companhia.

- **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e correspondem à

parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro não vida.

- **Contas a receber e a pagar de contratos de seguro**

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).

- **Contas a receber e a pagar por operações de resseguro**

A Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos Resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

### **m) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias

dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

#### **n) Benefícios concedidos aos empregados**

##### • **Plano de benefícios pós emprego**

Em 2 de dezembro de 2020, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e sindicatos representativos da classe profissional (STAS, SISEPE SINAPSA), a 6 de abril de 2020. De acordo com o n.º 1 da cláusula 52.ª do ACT, "Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa".

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo VII do novo ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

##### • **Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)**

Ao abrigo da cláusula 44.ª do ACT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

##### • **Benefícios de saúde**

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

##### • **Bónus de desempenho**

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

##### • **Estimativa para férias e subsídio de férias**

Os encargos com férias e subsídio de férias dos Colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica 'Acréscimos e diferimentos' no passivo da Demonstração da posição financeira.

#### **o) Provisões, ativos e passivos contingentes**

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

#### **p) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

#### **q) Transações em moeda estrangeira**

As conversões para Euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

#### **r) Ativos sob direito de uso e passivos de locação**

Com a entrada em vigor da IFRS 16, a 1 de janeiro de 2019, a qual introduziu alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação, a Companhia passou a ter de reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de “direito de uso”.

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. O passivo deverá ser remensurado sempre que existirem alterações no contrato de locação que assim o justifiquem.

O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja a maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

Tendo por base o referido acima, os contratos de locação que a Companhia possuía a 1 de janeiro de 2019, assim como os assinados posteriormente até 31 de dezembro de 2021, não se enquadravam no âmbito da adoção da IFRS 16, pelo que o tratamento contabilístico dos referidos contratos no exercício de 2021 manteve-se inalterado face a exercício anteriores.

#### **s) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos**

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### **t) Ativos não correntes detidos para venda**

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

### 3. Principais estimativas contábilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contábilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

#### a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contábilística de 'Provisões Técnicas'. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

A principal provisão técnica nos ramos não vida é a provisão para sinistros. Pela sua natureza, as provisões para sinistros são obrigações de montante e tempestividade incerta, em que o julgamento e as estimativas utilizadas têm um forte impacto sobre os valores reconhecidos no balanço.

As provisões para sinistros são constituídas para cada processo de sinistro, suportadas em informação específica relativa ao sinistro ocorrido, com base no qual é determinada a melhor estimativa do montante das indemnizações e despesas que terão de vir a ser pagas. Na constituição de cada uma dessas provisões, o gestor do sinistro utiliza o seu julgamento e experiência, que não obstante estar balizado por informação relativa a custos médios, incorpora incerteza e variabilidade. A utilização de um julgamento diferente conduziria a uma provisão diferente.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

#### b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### d) Imparidade de ativos intangíveis

A Companhia efetua uma análise de indicadores de imparidade dos ativos intangíveis, tendo por base a estimativa do valor atual dos fluxos de caixa esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### e) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta

forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### 4. Reporte por segmentos

A Companhia opera nos ramos não vida e explora os ramos de acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

Os principais valores, por segmento de negócio da Companhia, são os seguintes, em 2021 e 2020:

2021										
	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	OUTROS PROVEITOS/(CUSTOS)	RESULTADO DA CONTA TÉCNICA	ATIVOS AFETOS À REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	PROVISÕES TÉCNICAS
<b>Acidentes e doença</b>										
Acidentes de trabalho	73 292	72 324	(7 605)	(28 314)	(40 825)	186	-	(4 233)	66 061	28 699
Acidentes pessoais	9 548 866	9 543 995	(829 468)	(5 378 125)	(155 049)	24 221	(1 397)	3 204 178	4 399 578	1 911 348
Doença	7 685 831	7 189 460	(962 823)	(4 696 776)	(253 775)	19 495	-	1 295 582	2 577 294	1 119 677
<b>Incêndio e outros danos</b>										
Multiriscos Habitação	56 698 541	56 354 398	(13 661 451)	(27 608 036)	(6 142 968)	143 817	(1 078 150)	8 007 610	36 884 246	16 023 955
Responsabilidade civil geral	32 549	33 490	(1 764)	(16 831)	(8 195)	83	-	6 783	41 290	17 938
<b>TOTAL</b>	<b>74 039 079</b>	<b>73 193 667</b>	<b>(15 463 111)</b>	<b>(37 728 081)</b>	<b>(6 600 810)</b>	<b>187 801</b>	<b>(1 079 547)</b>	<b>12 509 919</b>	<b>43 968 468</b>	<b>19 101 618</b>

2020										
	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	OUTROS PROVEITOS/(CUSTOS)	RESULTADO DA CONTA TÉCNICA	ATIVOS AFETOS À REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	PROVISÕES TÉCNICAS
<b>Acidentes e doença</b>										
Acidentes de trabalho	67 936	64 542	(7 846)	(26 637)	(38 941)	181	-	(8 701)	67 748	32 187
Acidentes pessoais	8 389 058	8 401 771	(911 787)	(4 817 002)	(211 183)	22 346	(13 706)	2 470 438	3 460 955	1 644 311
Doença	2 458 794	2 310 067	(195 785)	(1 589 639)	(83 752)	6 550	-	447 440	610 696	290 144
<b>Incêndio e outros danos</b>										
Multiriscos Habitação	50 006 162	49 684 104	(15 859 981)	(25 076 582)	(5 795 614)	133 203	(959 230)	2 125 900	33 371 082	15 854 706
Responsabilidade civil geral	34 572	36 453	(1 484)	(19 585)	(9 369)	92	-	6 108	39 109	18 581
<b>TOTAL</b>	<b>60 956 522</b>	<b>60 496 938</b>	<b>(16 976 883)</b>	<b>(31 529 446)</b>	<b>(6 138 859)</b>	<b>162 371</b>	<b>(972 936)</b>	<b>5 041 186</b>	<b>37 549 591</b>	<b>17 839 929</b>

#### 5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Prémios brutos emitidos	74 039 079	60 956 522
Prémios de resseguro cedido	(7 921 533)	(6 679 414)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(845 412)	(459 585)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(36 354)	(49 178)
<b>PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO</b>	<b>65 235 780</b>	<b>53 768 346</b>

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos, da variação da provisão para prémios não adquiridos e dos prémios adquiridos de seguro direto, em 2021 e 2020:

EUROS						
	2021			2020		
	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS ADQUIRIDOS	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS ADQUIRIDOS
<b>Acidentes e doença</b>						
Acidentes de trabalho	73 292	(967)	72 324	67 936	(3 394)	64 542
Acidentes pessoais	9 548 866	(4 871)	9 543 995	8 389 058	12 713	8 401 771
Doença	7 685 831	(496 371)	7 189 460	2 458 794	(148 727)	2 310 067
<b>Incêndio e outros danos</b>						
Multiriscos habitação	56 698 541	(344 143)	56 354 398	50 006 162	(322 058)	49 684 104
Responsabilidade civil geral	32 549	940	33 490	34 572	1 881	36 453
<b>TOTAL</b>	<b>74 039 079</b>	<b>(845 412)</b>	<b>73 193 667</b>	<b>60 956 522</b>	<b>(459 585)</b>	<b>60 496 938</b>

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração. Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2021 e 2020:

EUROS

	2021			2020		
	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS PARTE RESSEGURO	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS PARTE RESSEGURO	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO ADQUIRIDOS
<b>Acidentes e doença</b>						
Acidentes de trabalho	56 206	201	56 407	52 367	20	52 388
Acidentes pessoais	375 711	33 388	409 099	363 609	47 810	411 418
Doença	1 006 963	2	1 006 965	332 116	0	332 117
<b>Incêndio e outros danos</b>						
Multirriscos habitação	6 466 117	2 762	6 468 880	5 912 909	1 347	5 914 256
<b>Responsabilidade civil geral</b>	16 537	-	16 537	18 413	-	18 413
<b>TOTAL</b>	<b>7 921 533</b>	<b>36 354</b>	<b>7 957 887</b>	<b>6 679 414</b>	<b>49 178</b>	<b>6 728 592</b>

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *pro rata temporis*, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido. Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

## 6. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como se segue:

EUROS

	2021			2020		
	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE	RESSEGURO CEDIDO	LÍQUIDO	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE	RESSEGURO CEDIDO	LÍQUIDO
<b>Montantes pagos</b>						
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	11 088	(4 804)	6 283	1 915	(1 067)	849
Acidentes pessoais	536 313	(45 729)	490 584	405 225	(82 170)	323 055
Doença	454 823	(224 258)	230 565	61 433	(28 165)	33 268
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	14 609 144	(291 452)	14 317 692	13 274 747	(66 417)	13 208 330
Responsabilidade civil geral	1 156	(578)	578	815	(408)	408
Custos de gestão imputados (Nota 11)	212 623	-	212 623	150 431	-	150 431
<b>Variação da provisão para sinistros</b>						
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	(3 991)	320	(3 672)	5 557	(2 604)	2 953
Acidentes pessoais	265 614	(3 999)	261 616	485 920	61 470	547 390
Doença	483 945	(260 074)	223 871	126 959	(69 861)	57 099
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	(1 107 799)	(34 460)	(1 142 259)	2 463 538	(40 745)	2 422 793
Responsabilidade civil geral	195	-	195	342	114	455
<b>CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO</b>	<b>15 463 111</b>	<b>(865 035)</b>	<b>14 598 076</b>	<b>16 976 883</b>	<b>(229 853)</b>	<b>16 747 029</b>

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2021	2020	NOTAS
<b>Rácio de sinistralidade</b>	20,9%	27,9%	Custos com sinistros de seguro direto / Prémios brutos emitidos
<b>Rácio de despesa</b>	51,0%	51,7%	Custos e gastos de exploração / Prémios brutos emitidos
<b>Rácio combinado</b>	71,8%	79,6%	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
<b>Rácio financeiro</b>	0,3%	0,3%	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
<b>Rácio operacional</b>	71,6%	79,2%	Rácio combinado - Rácio financeiro

## 7. Outras provisões técnicas, líquida de resseguro

A rubrica de Outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para desvios de sinistralidade e provisão para riscos em curso. Ver Nota 18.

## 8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Custos de aquisição	32 405 834	25 852 235
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	940 097	1 237 331
Custos de aquisição diferidos	(299 837)	(139 856)
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	4 681 987	4 579 736
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(492 042)	(359 879)
<b>TOTAL</b>	<b>37 236 039</b>	<b>31 169 567</b>

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos. Ver Nota 11.

Os custos de aquisição incluem o montante de 28,4 milhões de Euros (2020: 23,8 milhões de Euros) relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia. Ver Nota 24.

Em 2021, os custos de aquisição refletem ainda iniciativas desenvolvidas no âmbito de processos comerciais e de contratação, com vista à obtenção de maior digitalização e maior facilidade/eficiência interna e externa à Companhia.

A rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro inclui o montante de 236 milhares de Euros (2020: 238 milhares de Euros) relativo a participação nos resultados. Ver Nota 18.

## 9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2021	2020
<b>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Ativos disponíveis para venda	-	-
Juros	647 653	609 213
<b>TOTAL</b>	<b>647 653</b>	<b>609 213</b>

## 10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros é analisada como segue:

	EUROS	
	2021	2020
<b>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Ativos disponíveis para venda	-	-
Custo amortizado pela taxa efectiva	461 937	413 860
<b>Outros</b>		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	17 563	17 855
<b>TOTAL</b>	<b>479 500</b>	<b>431 715</b>

## 11. Custos por natureza imputados

Em 2021 e 2020, os gastos por natureza são imputados por função e por ramo como se segue:

	EUROS					
	2021					
	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	TOTAL
<b>Gastos por função e por ramo</b>						
Custos com sinistros (Nota 6)	508	27 540	24 055	160 106	413	212 623
Custos de aquisição (Nota 8)	5 317	99 395	209 571	615 985	9 830	940 097
Custos administrativos (Nota 8)	5 690	607 379	472 762	3 593 026	3 131	4 681 987
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	18	2 279	1 738	13 520	8	17 563
<b>TOTAL</b>	<b>11 533</b>	<b>736 593</b>	<b>708 125</b>	<b>4 382 637</b>	<b>13 382</b>	<b>5 852 271</b>

	EUROS					
	2020					
	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	TOTAL
<b>Gastos por função e por ramo</b>						
Custos com sinistros (Nota 6)	374	20 643	7 392	121 695	327	150 431
Custos de aquisição (Nota 8)	6 635	167 043	134 366	918 049	11 239	1 237 331
Custos administrativos (Nota 8)	6 448	630 338	185 785	3 753 040	4 124	4 579 736
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	21	2 459	688	14 677	11	17 855
<b>TOTAL</b>	<b>13 477</b>	<b>820 483</b>	<b>328 231</b>	<b>4 807 462</b>	<b>15 701</b>	<b>5 985 353</b>

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

	EUROS	
	2021	2020
<b>Gastos por natureza</b>		
Gastos com o pessoal	1 269 951	1 186 655
Fornecimentos e serviços externos	3 483 349	3 708 092
Impostos e taxas	179 255	147 595
Depreciações e amortizações do exercício	581 375	668 796
Comissões	338 342	274 216
<b>TOTAL</b>	<b>5 852 271</b>	<b>5 985 353</b>

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2021	2020
<b>Remunerações</b>		
Dos órgãos sociais	109 275	130 015
Do pessoal	941 270	862 066
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>183 289</b>	<b>163 375</b>
<b>Benefícios pós-emprego</b>		
Planos de contribuição definida	16 324	14 515
<b>Outros benefícios a longo prazo dos empregados</b>	<b>5 140</b>	<b>3 959</b>
<b>Seguros</b>	<b>10 912</b>	<b>11 329</b>
<b>Outros gastos com pessoal</b>	<b>3 741</b>	<b>1 397</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 269 951</b>	<b>1 186 655</b>

A remuneração dos Órgãos Sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

	EUROS	
	2021	2020
<b>Remunerações</b>		
<b>Conselho Fiscal</b>		
Presidente	11 460	11 460
Vogal	7 800	7 800
Vogal	7 800	7 800
<b>Conselho de Administração</b>		
Administrador Delegado (*)	46 515	45 095
<b>Conselho de Administração</b>		
Remunerações variáveis (**)	35 700	57 860
<b>TOTAL</b>	<b>109 275</b>	<b>130 015</b>

(\*) inclui estimativas de custos com férias e subsídio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos.

(\*\*) apenas Administrador Delegado

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. tem ao seu serviço 76 colaboradores, incluindo o Administrador Delegado, (2020: 65).

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Material de escritório	4 111	4 072
Comunicação	47 803	99 964
Deslocações e estadas	322	464
Trabalhos especializados	3 250 951	3 492 369
Outros fornecimentos e serviços	180 162	111 223
<b>TOTAL</b>	<b>3 483 349</b>	<b>3 708 092</b>

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 55 milhares de Euros (2020: 54 milhares de Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia [no montante de 41 milhares de Euros (2020: 40 milhares de Euros)] e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial [no montante de 14 milhares de Euros (2020: 14 milhares de Euros)].

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,7 milhões de Euros relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2020: 1,3 milhões de Euros), bem como 300 milhares de Euros (2020: 1 milhão de Euros) relativos a gastos de consultoria associados a projetos de natureza atuarial, comercial e de implementação da nova norma contabilística IFRS 17.

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico no montante de 552 milhares de Euros (2020: 626 milhares de Euros), (ver Nota 24), bem como outros gastos de consultoria e serviços de *outsourcing*.

As depreciações e amortizações do exercício ascenderam a 581 milhares de Euros (2020: 669 milhares de Euros) e referem-se exclusivamente a Ativos intangíveis. Ver Nota 17.

## 12. Benefícios a empregados

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo para a atividade seguradora, cujo texto foi publicado no BTE n.º4 de 29 janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (plano individual de reforma - PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2021 ascendeu a 16 milhares de Euros (2020: 15 milhares de Euros).

**OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO**

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do ACT, a cláusula 42.<sup>a</sup> contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2021 ascendeu a 5 milhares de Euros (2020: 4 milhares de Euros).

**BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO**

Ver Nota 11.

**13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas**

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda correspondem a valias obtidas na alienação de títulos.

**14. Outros rendimentos/gastos**

O montante registado em 31 de dezembro de 2021 na rubrica de Outros rendimentos/gastos corresponde essencialmente a proveitos relativos à prestação de serviços administrativos à Mapfre Santander, S.A. Ver Nota 24.

**15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem**

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Caixa e seus equivalentes	-	-
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	5 228 835	6 689 166
<b>TOTAL</b>	<b>5 228 835</b>	<b>6 689 166</b>

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta, S.A.

**16. Ativos disponíveis para venda**

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

	CUSTO AMORTIZADO	VARIACÃO NO JUSTO VALOR		JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
		POSITIVA	NEGATIVA			
		EUROS				
<b>Ativos disponíveis para venda</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	11 135 988	215 497	(2 730)	11 348 756	126 982	11 475 738
De outros emissores	32 921 031	198 342	(179 050)	32 940 323	180 080	33 120 402
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>44 057 020</b>	<b>413 839</b>	<b>(181 780)</b>	<b>44 289 079</b>	<b>307 061</b>	<b>44 596 141</b>
<b>Ativos disponíveis para venda</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	10 790 498	348 918	(1 673)	11 137 743	124 805	11 262 548
De outros emissores	28 277 396	413 596	(15 917)	28 675 074	208 715	28 883 789
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>39 067 894</b>	<b>762 514</b>	<b>(17 591)</b>	<b>39 812 816</b>	<b>333 520</b>	<b>40 146 337</b>

**17. Outros ativos intangíveis**

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Direito de aquisição da Carteira Liberty	4 400 000	4 400 000
Transferencia da carteira de acidentes pessoais	500 000	500 000
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1 871 535	1 871 535
Despesas com aplicações informáticas	1 625 586	1 625 586
	<b>8 397 121</b>	<b>8 397 121</b>
Amortizações acumuladas	(3 915 632)	(3 334 257)
<b>TOTAL</b>	<b>4 481 489</b>	<b>5 062 864</b>

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2021 e 2020 são analisados como se segue:

EUROS

	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	DEPRECIACÕES	VALOR DE BALANÇO
Direito de aquisição da Carteira Liberty	3 017 983	-	(223 412)	2 794 571
Transferencia da carteira de acidentes pessoais	52 764	-	(19 865)	32 899
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1 616 477	-	(167 672)	1 448 805
Despesas com aplicações informáticas	375 639	-	(170 426)	205 214
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>5 062 864</b>	<b>-</b>	<b>(581 375)</b>	<b>4 481 489</b>

EUROS

	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	DEPRECIACÕES	VALOR DE BALANÇO
Direito de aquisição da Carteira Liberty	3 250 704	-	(232 721)	3 017 983
Transferencia da carteira de acidentes pessoais	80 839	-	(28 075)	52 764
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1 810 322	-	(193 845)	1 616 477
Despesas com aplicações informáticas	589 794	-	(214 155)	375 639
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>5 731 660</b>	<b>-</b>	<b>(668 796)</b>	<b>5 062 864</b>

O saldo da rubrica 'Direito de aquisição da Carteira Liberty' corresponde ao preço acordado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a Companhia para a aquisição por esta do direito de opção de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty (Ver Nota 1).

O saldo da rubrica 'Transferência da carteira não vida' corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros não vida anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método do desconto dos dividendos futuros, utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

No final de 2018, a Companhia celebrou com a Popular Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiriu um ramo de atividade constituído por uma carteira de apólices de seguros dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, pelo montante total de 2,0 milhões de Euros. Para efeitos de definição do preço de transferência, foi utilizado o método *cash-flows* futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto de 11,5%. Os *cash-flows* futuros foram projetados até ao término de cada apólice, considerando uma taxa de anulação adequada ao portfólio.

O preço final acordado para a transferência foi posteriormente ajustado para 1,9 milhões de Euros, tendo em conta as cláusulas de ajustamento de preço previstas no referido contrato.

Para além dos ativos e passivos identificados no contrato de transferência a Companhia identifica ainda como um ativo intangível adquirido o *Value of Business Acquired* (VOBA) relativo à carteira de seguros que faz parte integrante do negócio. O VOBA da referida carteira de seguros ascende a 1,9 milhões de Euros e pretende refletir o valor estimado dos benefícios económicos futuros que serão gerados pelas apólices que constituem a referida carteira.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma análise a indicadores de imparidade destes ativos. Esta análise incluiu entre outros aspetos a comparação dos principais pressupostos incluídos na avaliação que definiu o preço de transferência com a atual evolução das carteiras, em particular (i) comportamento de anulação dos contratos; (ii) evolução da sinistralidade; e (iii) rentabilidade efetiva da carteira. Adicionalmente, foram considerados a existência de fatores externos e internos que possam afetar os *cash-flows* futuros. Esta análise permitiu concluir sobre a inexistência de indicadores de imparidade.

Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia. O saldo remanescente será amortizado da seguinte forma:

EUROS

AMORTIZAÇÃO ESTIMADA	2022	2023	2024	2025	2026	APÓS
Direito de aquisição da Carteira Liberty	214 000	206 000	198 000	190 000	182 000	1 805 000
Transferencia da carteira de acidentes pessoais	15 000	11 000	8 000	-	-	-
Transferencia de unidade de negócio ex-Popular Seguros	146 000	128 000	113 000	100 000	89 000	873 000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do *software* em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

Para os restantes ativos, considera-se que o valor contabilístico relevante, não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos.

## 18. Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

EUROS

	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	2021	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	2020
Provisão para prémios não adquiridos	3 057 821	(22 617)	3 035 204	2 512 246	(42 742)	2 469 504
Provisão para sinistros	10 362 632	(500 108)	9 862 524	10 724 668	(201 894)	10 522 774
Provisão para desvios de sinistralidade	5 678 701	-	5 678 701	4 600 327	-	4 600 327
Provisão para riscos em curso	2 464	-	2 464	2 687	-	2 687
Provisão para participação nos resultados	-	(248 209)	(248 209)	-	(255 988)	(255 988)
<b>TOTAL DE PROVISÕES TÉCNICAS</b>	<b>19 101 618</b>	<b>(770 934)</b>	<b>18 330 684</b>	<b>17 839 929</b>	<b>(500 624)</b>	<b>17 339 304</b>

Em 2021 e 2020, as provisões técnicas de seguro direto desagregam-se como segue:

EUROS

	PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE	PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO	PROVISÕES TÉCNICAS
Acidentes e doença					
Acidentes de trabalho	17 088	9 148	-	2 464	28 699
Acidentes pessoais	314 249	1 597 100	-	-	1 911 348
Doença	506 051	613 626	-	-	1 119 677
Incêndio e outros danos					
Multirrisco habitação	2 207 710	8 137 544	5 678 701	-	16 023 955
Responsabilidade civil geral	12 723	5 214	-	-	17 938
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>3 057 821</b>	<b>10 362 632</b>	<b>5 678 701</b>	<b>2 464</b>	<b>19 101 618</b>

EUROS

	PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE	PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO	PROVISÕES TÉCNICAS
Acidentes e doença					
Acidentes de trabalho	16 361	13 139	-	2 687	32 187
Acidentes pessoais	312 826	1 331 485	-	-	1 644 311
Doença	160 463	129 681	-	-	290 144
Incêndio e outros danos					
Multirrisco habitação	2 009 035	9 245 343	4 600 327	-	15 854 706
Responsabilidade civil geral	13 561	5 019	-	-	18 581
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>2 512 246</b>	<b>10 724 668</b>	<b>4 600 327</b>	<b>2 687</b>	<b>17 839 929</b>

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede ao reconhecimento de custos de aquisição diferidos, deduzindo estes encargos de aquisição à provisão para prémios não adquiridos, em linha com o normativo emitido pela ASF. As provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite desagregam-se como segue:

EUROS

	PRÊMIOS NÃO ADQUIRIDOS	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2021
Acidentes e doença			
Acidentes de trabalho	20 359	(3 272)	17 088
Acidentes pessoais	521 051	(206 802)	314 249
Doença	711 874	(205 823)	506 051
Incêndio e outros danos			
Multirrisco habitação	3 255 270	(1 047 560)	2 207 710
Responsabilidade civil geral	14 428	(1 705)	12 723
<b>PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO ADQUIRIDOS</b>	<b>4 522 983</b>	<b>(1 465 162)</b>	<b>3 057 821</b>

EUROS

	PRÊMIOS NÃO ADQUIRIDOS	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2020
Acidentes e doença			
Acidentes de trabalho	19 392	(3 031)	16 361
Acidentes pessoais	516 180	(203 355)	312 826
Doença	215 503	(55 040)	160 463
Incêndio e outros danos			
Multirrisco habitação	2 911 127	(902 092)	2 009 035
Responsabilidade civil geral	15 369	(1 807)	13 561
<b>PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO ADQUIRIDOS</b>	<b>3 677 571</b>	<b>(1 165 325)</b>	<b>2 512 246</b>

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 4,9 milhões de Euros (2020: 3,4 milhões de Euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

Em 2021 e 2020, as provisões técnicas de resseguro cedido desagregam-se como segue:

EUROS

	PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO SEGUIDO
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	0	2 754	1	2,755
Acidentes pessoais	22 616	31 673	81 924	136 214
Doença	0	329 935	151 036	480 971
Incêndio e outros danos				
Multirrisco habitação	1	135 746	11 479	147 226
Responsabilidade civil geral	-	-	3 768	3 768
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>22 617</b>	<b>500 108</b>	<b>248 209</b>	<b>770 934</b>

EUROS

	PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO SEGUIDO
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	201	3,073	1	3 275
Acidentes pessoais	39 776	27 675	83 725	151 176
Doença	2	69 861	156 591	226 454
Incêndio e outros danos				
Multirrisco habitação	2 763	101 286	11 479	115 528
Responsabilidade civil geral	-	-	4 191	4 191
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>42 742</b>	<b>201 894</b>	<b>255 988</b>	<b>500 624</b>

## 19. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode decompor-se como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Contas a receber por operações de seguro direto	548 496	446 343
Contas a receber por operações de resseguro	3 881	18 204
Contas a receber por outras operações	-	-
	552 377	464 548
Ajustamento para recibos de prémios de seguro por cobrar	(54 882)	(58 853)
<b>TOTAL</b>	<b>497 495</b>	<b>405 695</b>

Na rubrica de 'Contas a receber por operações de seguro direto' encontra-se registado o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 351 milhares de Euros (2020: 406 milhares de Euros).

## 20. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2021 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são analisados como se segue:

	EUROS					
	ATIVOS	PASSIVOS	2021	ATIVOS	PASSIVOS	2020
Impostos correntes						
IRC a recuperar / (pagar)		2 173 032	(2 173 032)	135 943	-	135 943
Retenção de imposto na fonte	-	3 535	(3 535)	-	2 610	(2 610)
IVA a pagar	-	55 309	(55 309)	-	28 894	(28 894)
Selo	-	621 389	(621 389)	-	480 723	(480 723)
ANPC	-	117 989	(117 989)	-	98 424	(98 424)
INEM	-	48 386	(48 386)	-	26 587	(26 587)
Taxa para o FAT	-	378	(378)	-	347	(347)
Taxa para a ASF	-	94 919	(94 919)	-	76 730	(76 730)
Contribuições para Segurança Social	-	3 461	(3 461)	-	3 420	(3 420)
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>3 118 398</b>	<b>(3 118 398)</b>	<b>135 943</b>	<b>717 734</b>	<b>(581 792)</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2021 e 2020, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados como se segue:

	EUROS			
	2020	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2021
Ativos / (passivos) por impostos diferidos				
Reserva de justo valor	(193 680)	132 184	-	(61 496)
Diferenças temporárias	5 982	-	1 281	7 263
<b>TOTAL</b>	<b>(187 698)</b>	<b>132 184</b>	<b>1 281</b>	<b>(54 232)</b>

	EUROS			
	2019	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2020
Ativos / (passivos) por impostos diferidos				
Reserva de justo valor	(112 861)	(80 819)	-	(193 680)
Diferenças temporárias	5 991	-	(9)	5 982
<b>TOTAL</b>	<b>(106 870)</b>	<b>(80 819)</b>	<b>(9)</b>	<b>(187 698)</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Resultado antes de impostos	12 729 599	5 308 854
Gasto de imposto nominal (24,7%)	(3 305 640)	(1 308 758)
Gasto de imposto efetivo	(3 325 287)	(1 308 335)
Taxa efetiva de imposto	26,1%	24,6%
<b>Diferença</b>	<b>(19 647)</b>	<b>423</b>
Tributação autónoma	(15 964)	(482)
Custos não aceites fiscalmente	<b>(8 294)</b>	<b>(1 283)</b>
Benefícios fiscais	3 330	2 196
Outros	1 281	(9)
<b>DIFERENÇA</b>	<b>(19 647)</b>	<b>423</b>

## 21. Acréscimos e diferimentos

A rubrica 'Acréscimos e diferimentos' em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisada como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Acréscimos de proveitos	-	83 693
Gastos diferidos	15 804	30 693
<b>Total acréscimos e diferimentos ativos</b>	<b>15 804</b>	<b>114 386</b>
<b>Passivo</b>		
Acréscimos de gastos		
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	(407 227)	(385 128)
Outros acréscimos de gastos	(873 717)	(1 556 365)
<b>Total acréscimos e diferimentos passivos</b>	<b>(1 280 944)</b>	<b>(1 941 493)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(1 265 140)</b>	<b>(1 827 106)</b>

A rubrica de 'Remunerações e respetivos encargos' a liquidar inclui os montantes de 147 milhares de Euros (2020: 122 milhares de Euros) relativo a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício, bem como 249 milhares Euros (2020: 254 milhares de Euros) de estimativa de bónus.

A rubrica de 'Outros acréscimos de gastos' inclui essencialmente gastos de aquisição no montante de 376 milhares de Euros (2020: 769 milhares de Euros), serviços de informáticos 146 milhares de Euros (2020: 273 milhares de Euros) bem como custos de reporte regulatório, consultoria e outros trabalhos especializados no montante de 239 milhares de Euros (2020: 414 milhares de Euros) incorridos e ainda não liquidados.

## 22. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Contas a pagar por operações de seguro direto	3 719 921	3 061 094
Contas a pagar por operações de resseguro	1 923 986	1 849 617
Contas a pagar por outras operações	3 062 474	6 439 902
<b>TOTAL</b>	<b>8 706 381</b>	<b>11 350 613</b>

A rubrica de 'Contas a pagar por operações de seguro direto' inclui o montante de 2,6 milhões de Euros (2020: 2,1 milhões de Euros) a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro. Ver Nota 24.

A rubrica de 'Contas a pagar por outras operações', inclui o montante de 2 milhões de Euros (2020: 216 milhares de Euros) a pagar ao fornecedor que presta apoio às atividades de gestão de sinistros do ramo Incêndio e outros danos. A maior parte deste saldo foi liquidado em janeiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de 'Contas a pagar por outras operações' inclui

ainda o montante de 1 milhão de Euros (2020: 851 milhares de Euros) a pagar à Aegon Santander Portugal Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal, no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2022. Ver Nota 24.

Em 2020, a rubrica de 'Contas a pagar por outras operações' inclui adicionalmente o montante de 5 milhões de Euros relativos a dividendos aprovados para distribuição pela Assembleia Geral em 30 de março de 2020.

Considerando as recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico Covid-19, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, na sua Carta-circular n.º 2/2020 de 30 de março, o Conselho de Administração decidiu não efetuar de imediato a liquidação financeira dos dividendos aprovados, tendo a mesma sido realizada em 2021.

## 23. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

### CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7.500.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

### RESULTADOS BÁSICOS POR AÇÃO

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

	EUROS	
	2021	2020
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	9 404 312	4 000 519
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7 500 000	7 500 000
<b>TOTAL</b>	<b>1,25</b>	<b>0,53</b>

**RESERVAS DE REAVALIAÇÃO**

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao Acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

	EUROS	
	2021	2020
Ativos disponíveis para venda		
Variação de justo valor		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	212 768	347 245
De outros emissores	19 291	397 678
<b>SALDO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR</b>	<b>232 059</b>	<b>744 923</b>

Ver adicionalmente a Nota 16.

**RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS**

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 20.

**OUTRAS RESERVAS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica de 'Outras reservas' inclui o montante de 4.900.000 Euros, correspondente ao prémio de emissão (Nota 1). Este prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela compra do direito de aquisição da Carteira Liberty, no montante de 4.400.000 Euros, acrescido do preço pago pela transferência da carteira de apólices de seguro não vida, no montante de 500.000 Euros.

**24. Saldos e transações com partes relacionadas**

A Companhia comercializa Seguros Não Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Por outro lado, em 2019, o Banco Santander Totta, S.A. contratou uma apólice de seguro do ramo Incêndio e outros danos, junto da Companhia.

No final de 2018, a Aegon Santander Portugal Não Vida e os seus acionistas (Aegon Spain Holding e Santander Totta Seguros) assinaram um acordo para a transferência de uma unidade de negócio autónoma, composta por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral comercializadas pela Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A. A incorporação desta unidade de negócio na Aegon Santander Portugal Não Vida concretizar-se-á em 2019, tendo a Companhia já procedido à liquidação total deste investimento, no montante de 2 milhões de euros.

Em 2019, a Companhia celebrou um contrato com a Popular Seguros, S.A., atualmente designada Mapfre Santander Portugal, S.A., através do qual presta serviços de gestão administrativa (entre outros: serviços de gestão financeira, gestão de sinistros e reclamações).

Considerando as recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico Covid-19, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, na sua Carta-circular nº 2/2020 de 30 de março, o Conselho de Administração decidiu não efetuar de imediato a liquidação financeira dos dividendos aprovados em Assembleia Geral. A liquidação financeira ocorreu em 2021.

Adicionalmente, salienta-se que todos os colaboradores possuem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

	2021			2020		
	PROVEITOS /(CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (A PAGAR)	PROVEITOS /(CUSTOS)	OUTROS ATIVOS	SALDOS A RECEBER / (A PAGAR)
EUROS						
<b>Banco Santander Totta, S.A.</b>						
Comissões de mediação	(28 370 084)	-	(2 571 552)	(23 739 214)	-	(2 065 964)
Depósitos à Ordem	-	5 228 835	-	-	6 689 166	-
Suporte tecnológico	(92 788)	-	-	(326 233)	-	-
Prémios de seguro	540 760	-	-	479 169	-	-
Outros	(398 726)	-	-	(313 297)	-	-
<b>Banco Santander Consumer Portugal, S.A.</b>						
Comissões de mediação	(12 019)	-	(3 852)	(13 231)	-	(2 129)
<b>Blue Square Re N.V.</b>						
Resseguro cedido	-	-	-	8 691	-	2 092
<b>Santander Global Technology, S.L.</b>						
Serviços informáticos	(150 228)	-	-	(150 228)	-	-
<b>Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)</b>						
Serviços administrativos e de exploração	(528 715)	-	-	(605 986)	-	(280 266)
Suporte tecnológico	(23 500)	-	-	(20 000)	-	(10 000)
<b>Mapfre Santander Portugal, S.A. (ex-Popular Seguros)</b>						
Serviços de gestão administrativa	237 000	-	-	295 237	-	102 944
<b>Santander Totta Seguros, S.A.</b>						
Dividendos pendentes de liquidação	-	-	-	-	-	(2 450 000)
<b>Aegon Spain Holding, B.V.</b>						
Dividendos pendentes de liquidação	-	-	-	-	-	(2 550 000)
<b>Aegon Santander Portugal Vida, S.A.</b>						
Custos com o pessoal	-	-	(1 018 744)	-	-	(851 364)
<b>TOTAL</b>	<b>(28 798 299)</b>	<b>5 228 835</b>	<b>(3 594 147)</b>	<b>(24 385 092)</b>	<b>6 689 166</b>	<b>(8 104 687)</b>

## 25. Gestão de Riscos da Atividade

A Companhia tem implementado um sistema de gestão de riscos que se centra num processo de governação baseado no modelo das três linhas de defesa, no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela aceitação, gestão, monitorização e reporte dos riscos, permitindo assim à Companhia cumprir o seu principal objetivo, que passa essencialmente por acrescentar valor ao seu negócio.

Assim, a primeira linha de defesa é composta pelas unidades operacionais que assumem os riscos e são responsáveis pela sua gestão numa base diária. A segunda linha de defesa integra as funções de gestão de risco, *compliance* e atuarial, que colaboram com as unidades operacionais na gestão e controlo dos diversos riscos. Por último, a terceira linha de defesa, que tem como objetivo avaliar de forma independente a efetividade do modelo de governo, do sistema de gestão de risco e dos controlos

implementados, é assegurada pela função de auditoria interna.

Neste âmbito, as principais responsabilidades atribuídas às funções mencionadas anteriormente são:

### **Função de gestão de risco:**

- Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequada e fundamentada;
- Identificar, mensurar e monitorizar os riscos a que Companhia está exposta, incluindo as interligações entre eles e os riscos potenciais e emergentes;
- Promover a definição do apetite ao risco e tolerância e monitorizar o seu cumprimento;
- Produzir orientações para o desenvolvimento das estratégias e processos para identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte dos riscos da Companhia.
- Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco;
- Produzir relatórios quantitativos e qualitativos de análise de risco, internos e externos, incluindo o relatório do exercício ORSA.

### **Função atuarial:**

- Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial, no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

### **Função de verificação do cumprimento (*compliance*):**

- Exercer assessoria ao Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- Identificar e avaliar o risco de incumprimento legal;
- Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;

- Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

#### Função de auditoria interna:

- Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade a Aegon Santander Portugal Não Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

#### A. RISCO ESPECÍFICO DE SEGURO

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete a incerteza de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com precisão o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento temporal em que estes ocorrerão.

Esta categoria de risco é composta pelo risco de prémios, reservas, descontinuidade e catastrófico. Estes riscos são geridos com base nas políticas de subscrição, tarifação e desenvolvimento de produtos, resseguro e provisões técnicas e com o documento *Estratégia de risco e tolerância*, onde se estabelecem os limites de consumo de capital por categoria de risco.

Assim, a Política de Subscrição pretende assegurar que a Companhia mantém práticas de subscrição consistentes com o perfil de risco definido pelo Órgão de Administração, enquanto a Política de Tarifação e Desenvolvimento de Produtos contempla os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimento, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

Para tal, existem procedimentos internos definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos. Estas regras têm por base análises estatísticas efetuadas a vários indicadores da carteira, de forma a estabelecer o melhor preço possível face ao preço do risco. É também considerada a informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia. A adequação da tarifa é testada através de técnicas atuariais de projeção de *cash-flows*, enquanto a rentabilidade de cada produto é monitorizada anualmente.

A Política de Provisões Técnicas tem como principal objetivo assegurar que as provisões técnicas da Companhia representam, a qualquer momento, o valor atual

das responsabilidades futuras assumidas no decurso da sua atividade. Como tal, esta Política documenta os controlos e regras necessárias ao processo por forma a dotar a Companhia de um nível de provisionamento adequado e suficiente.

Posto isto, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e / ou externos. O nível de adequação das estimativas das responsabilidades da atividade da Companhia é revisto anualmente e, caso se verifique um nível de insuficiência, é imediatamente reconhecida uma provisão adicional por forma a cobrir o valor atual dos *cash-flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões).

Por último, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores selecionados são adequados e que não existe uma excessiva concentração por contraparte, permitindo assim cumprir com o principal objetivo do resseguro, que é limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro.

As principais características dos tratados de resseguro estão resumidas na tabela que se segue:

NOME DO TRATADO	TIPO DE TRATADO	RETENÇÃO DA COMPANHIA	LIMITE DO TRATADO
Acidentes pessoais <i>telemarketing</i>	Proporcional <i>Quota-Share</i>	70%	-
Acidentes pessoais 2015	Proporcional <i>Surplus</i>	80 000 € (1)	2 000 000 €
Acidentes pessoais CAT	Não proporcional <i>Excess of Loss</i>	135 000 €	7 500 000 €
Acidentes de trabalho - QS	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	400 000 €
Acidentes de trabalho - XL	Não proporcional <i>Excess of Loss</i>	100 000 €	1 800 000 €
Proteção Jurídica AT   Assistência MRH   Assistência Saúde   Assistência (apólices ex-Popular Seguros)   Proteção Jurídica (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Multiriscos habitação - XL	Não proporcional <i>Excess of Loss</i>	80 000 € (2)	1 500 000 €
Multiriscos habitação - CAT XL	Não proporcional <i>Excess of Loss</i>	1 500 000 €	300 000 000 €
Multiriscos habitação - Prot Reinst	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Responsabilidade Civil	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	-
Saúde Risco Base	Proporcional <i>Quota-Share</i>	40%	-
Saúde Doenças Graves Internacional	Proporcional <i>Quota-Share</i>	30%	-
Proteção Pagamentos (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-

(1) por pessoa segura/sinistro

(2) por local de risco/sinistro

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro e aos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro:

CENÁRIO	EUROS	
	2021	2020
Aumento de 3% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(437 942)	(502 411)
Aumento de 5% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(729 904)	(837 351)
Aumento de 3% dos custos e gastos de exploração líquidos	(1 117 081)	(935 087)
Aumento de 5% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(1 861 802)	(1 558 478)

## B. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado contempla os riscos decorrentes de variações adversas no valor dos ativos ou passivos relacionados com alterações nos mercados financeiros, em especial pelas variações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro.

Como tal, o conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

A Companhia definiu no âmbito do seu sistema de gestão de riscos uma Política de Investimentos. Esta política rege-se por um elevado grau de prudência, que se traduz em baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação. Adicionalmente, refira-se que a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial e aos riscos de derivados.

O Comité de Risco tem como responsabilidade a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco da Companhia. Adicionalmente verifica a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitoriza a atividade relacionada com a sua gestão. Além disso, controla os níveis dos riscos de mercado com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

- **Nível 1** – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- **Nível 2** – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- **Nível 3** – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os quadros seguintes apresentam a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras relativos a 31 de dezembro de 2021 e 2020:

2021	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	44 596 141	-	-	44 596 141	44 596 141
<b>TOTAL</b>	<b>44 596 141</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44 596 141</b>	<b>44 596 141</b>

2020	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	40 146 336	-	-	40 146 336	40 146 336
<b>TOTAL</b>	<b>40 146 336</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40 146 336</b>	<b>40 146 336</b>

### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Todos os ativos e passivos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

### Risco acionista

O risco acionista resulta do nível ou volatilidade dos preços de mercado de capitais. De referir que, de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE, valorizada ao custo.

### Risco imobiliário

A volatilidade dos preços do mercado imobiliário é capturada através do risco imobiliário. Como referido, a Companhia não se encontra exposta a este tipo de risco.

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Este risco encontra-se essencialmente nas obrigações, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis.

Analisando os ativos da Companhia, que não detém obrigações de taxa variável, e os passivos conclui-se que o risco de taxa de juro não é materialmente relevante.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021		2020	
	VALOR	PROPORÇÃO	VALOR	PROPORÇÃO
Obrigações de taxa fixa	42 580 451	95%	38 709 997	96%
Obrigações de taxa variável	2 015 690	5%	1 436 339	4%
<b>TOTAL</b>	<b>44 596 141</b>	<b>100%</b>	<b>40 146 336</b>	<b>100%</b>





PARTICIPAÇÃO							
RESSEGURADOR	MULTIRRISCOS HABITAÇÃO - XL/R	MULTIRRISCOS HABITAÇÃO - XL CAT	MULTIRRISCOS HABITAÇÃO ASSISTÊNCIA	RESPONSABILIDADE CIVIL	DOENÇA RISCO BASE	DOENÇAS GRAVES INTERNACIONAL	PROTEÇÃO PAGAMENTOS (APÓLICES EX-POPULAR SEGUROS)
AXA	-	-	-	-	-	-	100,0%
Chubb	-	-	-	-	-	-	-
Gen Re	-	-	-	-	-	-	-
Hannover Re (Bermuda)	-	6,5%	-	-	-	-	-
IPA	-	-	-	-	-	-	-
Mapfre Re	10,0%	15,0%	-	-	-	-	-
Munich Re	15,0%	15,0%	-	-	100,0%	100,0%	-
Nacional Re	3,0%	2,0%	-	-	-	-	-
Odyssey Re	8,5%	5,0%	-	-	-	-	-
Qbe Re	10,0%	6,5%	-	-	-	-	-
R+V Versicherung AG	15,0%	15,0%	-	50,0%	-	-	-
RGA	-	-	-	-	-	-	-
SCOR SE	15,0%	15,0%	-	-	-	-	-
Swiss Re	23,5%	20,0%	100,0%	50,0%	-	-	-
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100,00%</b>

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre 31 de dezembro de 2021 e 2020:

EMITENTE	EUROS			
	2021		2020	
	VALOR DE BALANÇO	PESO	VALOR DE BALANÇO	PESO
Portugal	5 605 196	51,5%	5 228 939	49,1%
Holanda	1 813 293	16,7%	1 849 713	17,4%
Espanha	932 217	8,6%	960 896	9,0%
Polónia	762 375	7,0%	791 587	7,4%
Bélgica	692 339	6,4%	707 057	6,6%
Irlanda	669 052	6,1%	695 182	6,5%
Itália	406 870	3,7%	411 702	3,9%
	<b>10 881 342</b>	<b>100,0%</b>	<b>10 645 077</b>	<b>100,0%</b>

## E. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional que resulta da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, pode ser subdividido nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

As principais medidas de mitigação do risco operacional existentes na Companhia são:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas;
- Implementação de novos mecanismos de análise da relação e fluxo de informação com entidades subcontratadas, nomeadamente no que respeita a requisitos decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a assegurar que o sistema de controlo interno apresenta um nível de robustez suficiente para minimizar a ocorrência de perdas financeiras originadas, direta ou indiretamente, pelos riscos atrás mencionados, foram definidos os responsáveis pelos diferentes processos.

Assim, a Companhia dispõe de uma ferramenta que possibilita, trimestralmente, ao responsável por cada processo reportar a informação relevante referente aos controlos operacionais, indicadores de controlo e efetuar a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente, a área de controlo interno analisa a informação reportada, produz relatórios e, caso se justifique emite recomendações, que são analisadas com o responsável pelos

processos de modo a definir planos de ação, que também serão monitorizados.

Adicionalmente, a Companhia mantém um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo desta forma monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorram no futuro.

Por último, integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal, que engloba, entre outros, o risco que decorre da exposição da Companhia a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão.

Para além das medidas mencionadas anteriormente, a Companhia também dispõe das seguintes medidas de mitigação do risco legal:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita;
- Implementação de mecanismos de monitorização do cumprimento das regras decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, de modo a mitigar riscos legais e aplicação de coimas;
- Implementação de regras decorrentes do disposto na Diretiva de Distribuição de Seguros.

## F. RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas que permitem mitigar este risco:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma

sociedade de Advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;

- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação de uma política de proteção de dados;
- Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais;
- Nomeação de um *Data Protection Officer* como meio de assegurar a conformidade e a proteção dos dados, com destaque para os dados de clientes, incluindo dados sensíveis.

## G. RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os diferentes fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Assim, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração, por forma gerir este risco. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

## 26. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvência robustos, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do ano de 2021 a Companhia desenvolveu os diversos processos respeitantes ao regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de Setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2021.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2021 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2022.

## 27. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

### Anexo I

EUROS

CATEGORIA	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO		
				VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO (INCLUI JUROS DECORRIDOS)	TOTAL
<b>Títulos nacionais</b>						
Dívida pública						
	PORTUGAL 4,95% 25/10/2023 (6756)	1 555 000	124,2	1 930 570	111,1	1 727 864
	PORTUGAL 0,70% 15/10/2027 (9833)	750 000	104,5	783 675	104,4	783 155
	PORTUGAL 4,125% 14/04/2027 (9441)	600 000	128,2	769 488	125,6	753 682
	PORTUGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)	500 000	115,5	577 690	115,6	578 015
	PORTUGAL 2,125% 17/10/2028 (10031)	500 000	115,4	576 850	114,4	571 998
	PORTUGAL 2,2% 17/10/2022 (8912)	460 000	106,4	489 348	102,8	472 701
	PORTUGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)	400 000	114,0	455 832	112,9	451 746
	PORTUGAL 5,65% 15/02/2024 (8210)	225 000	124,7	280 685	118,2	266 035
Outros emissores						
	METRO DE LISBOA 4,799% 07/12/2027 (6146)	500 000	137,6	687 750	126,9	634 658
	METRO LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)	150 000	127,6	191 325	120,3	180 427
<b>Títulos estrangeiros</b>						
Ações						
	PARTICIPACIONES AEGON AIE (6820)	100	100,0	100	100,0	100
Dívida pública						
	HOLANDA 1,75% 15/07/2023 (8406)	1 250 000	109,1	1 364 005	104,6	1 307 028
	ESPAÑA 2,75% 31/10/2024 (8339)	850 000	111,7	949 578	109,7	932 217
	BELGICA 0,8% 22/06/2025 (8747)	660 000	106,1	700 399	104,9	692 339
	IRLANDA 3,4% 18/03/2024 (8746)	600 000	123,9	743 118	111,5	669 052
	PAISES BAJOS 0% 15/01/2024 (9238)	500 000	98,9	494 380	101,3	506 265
	POLONIA 3,75% 19/01/2023 (8745)	400 000	122,1	488 380	107,8	431 339
	ITALIA 0,65% 15/10/2023 (9181)	400 000	99,3	397 124	101,7	406 870
	POLONIA 3,375% 09/07/2024 (7587)	300 000	116,5	349 350	110,3	331 035
Outros emissores						
	NAB 0,625% 10/11/2023 (9307)	1 165 000	100,1	1 165 594	101,6	1 183 632
	NAB 2,25% 06/06/2025 (9363)	900 000	110,3	992 556	109,2	982 838
	SVENSKA 0,01% 02/12/2027 (10088)	1 000 000	98,0	979 500	97,5	974 638
	UNILEVER 1,375% 31/07/2029 (10017)	900 000	109,7	987 004	107,7	968 970
	BANK OF AMERICA 0,75% 26/07/2023 (9178)	900 000	99,6	896 404	101,7	915 315
	CORP ANDINA 1,125% 13/02/2025 (9589)	878 000	105,7	928 134	103,9	912 263
	IBM CORP 1,25% 29/01/2027 (9646)	850 000	107,1	910 469	105,9	900 181
	SUMITOMO 0,303% 28/10/2027 (9941)	900 000	99,5	895 572	98,6	887 617
	MS 1,875% 30/03/2023 (9339)	850 000	104,5	888 174	104,0	884 270
	CALL - BOOKING 1,80% 03/03/2027 (8628)	800 000	111,7	893 568	108,5	868 098
	ENI SPA 1,25% 18/05/2026 (9926)	800 000	106,5	852 288	104,7	837 907
	NATWEST 1,00% 28/05/2024 (9545)	800 000	102,0	816 376	103,0	823 684
	WELLS FARGO 0,5% 26/04/2024 (9503)	800 000	100,3	802 065	101,3	810 745
	CALL - BASF 0,25% 05/06/2027 (9827)	800 000	100,9	806 824	100,9	806 929
	CALL - ESSILORLU 0,375% 27/11/27 (9756)	800 000	101,5	811 600	100,8	806 495
	DAIMLER 0,875% 09/04/2024 (9361)	750 000	101,7	762 953	102,8	771 223
	JEFFERIES 1,00% 19/07/2024 (9535)	750 000	100,2	751 350	102,6	769 253
	CALL - ANHEUSER- 1,15% 22/01/2027 (9250)	700 000	105,4	737 884	105,0	735 235
	CALL - UBS GROUP 0,25% 29/01/2026 (9754)	700 000	99,4	695 891	100,3	702 150
	BANKINTER 0,625% 06/10/2027 (10016)	700 000	100,4	703 052	99,7	698 042
	AMERICAN 0,3% 07/07/2028 (10047)	700 000	100,9	706 090	99,0	692 957
	CALL - BG ENERGY 2,25% 21/11/2029 (10048)	600 000	116,3	697 740	111,1	666 393
	CALL - GLAXO 1,25% 21/05/2026 (9459)	600 000	104,3	625 920	105,6	633 859
	CALL - PEUGEOT 1,125% 18/09/2029 (9719)	600 000	104,0	623 754	101,1	606 633
	CEZCO 4,875 % 16/4/2025 (6642)	500 000	121,2	606 000	118,9	594 396
	CA 1,375% 13/03/2025 (9693)	500 000	105,4	526 750	105,0	524 994
	CALL TELEFONIC 1,201% 21/08/2027 (9928)	500 000	107,3	536 605	104,9	524 382
	BNPP 1,125% 11/06/2026 (9549)	500 000	105,4	527 245	104,1	520 688
	BMW 1,00% 29/08/2025 (9482)	500 000	102,6	512 800	103,9	519 264
	CALL - JPMORGAN 1,09% 11/03/27 (9461)	500 000	105,2	526,050	103,7	518 550
	CALL - EDF 1% 13/10/2026 (9617)	500 000	105,1	525 355	103,6	518 107
	CAIXABANK 1,75% 24/10/2023 (9351)	500 000	99,6	497 860	103,3	516 740
	BPCE 1% 01/04/2025 (9691)	500 000	103,1	515 305	103,3	516 698

## Anexo I (continuação)

EUROS

CATEGORIA	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO		
				VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO (INCLUI JUROS DECORRIDOS)	TOTAL
Outros emissores						
	CALL - BERKSHIRE 0,75% 16/03/2023 (8978)	500 000	100,9	504 504	101,6	507 939
	CALL - ABERTIS I 0,625% 15/07/2025 (9795)	500 000	102,0	509 800	101,4	507 027
	SOCIETE GENERAL 1% 01/04/2022 (9147)	500 000	102,0	510 170	101,1	505 358
	RABOBANK 0,25% 30/10/2026 (9688)	500 000	99,4	497 185	100,4	501 782
	TOYOTA 0,25% 16/07/2026 (9757)	500 000	100,7	503 500	100,1	500 675
	SKANDINAVISKA 0,375% 21/06/2028 (10028)	500 000	99,6	497 800	99,0	495 031
	SANTAN CO 0,875% 24/01/2022 (8982)	400 000	101,2	404 648	100,9	403 550
	CALL - RCI BANQU 0,75% 26/09/2022(9132)	400 000	101,1	404 280	100,6	402 581
	CALL - BNPP 0,50 % 19/02/2028 (10064)	400 000	100,2	400 960	99,7	398 766
	CA 0,375% 20/04/2028 (10050)	400 000	100,2	400 872	98,7	394 660
	TOYOTA 0,125% 05/11/2027 (10029)	400 000	99,6	398 264	98,5	393 853
	EDF 4,125% 25/03/2027 (9645)	300 000	128,0	383 952	122,2	366 740
	CALL - JPM 0,625% 25/01/2024 (9439)	340 000	100,2	340 612	102,1	347 171
	RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	300 000	99,6	298 809	104,7	313 986
	BNP 1,125% 15/01/2023 (8779)	300 000	104,0	312 084	102,6	307 883
	CALL - MERLIN 2,375% 23/05/2022 (8927)	300 000	104,9	314 661	101,8	305 330
	CARGILL 2,50% 15/02/2023 (7924)	250 000	113,3	283 250	105,2	262 905
	CALL - RENAULT 1,00% 17/05/2023 (9338)	220 000	100,0	219 956	101,6	223 471
	TELENOR 2,50% 22/05/2025 (8846)	200 000	112,0	224 036	109,8	219 587
	CALL - CEZ AS 0,875% 02/12/2026 (9683)	200 000	99,1	198 252	102,0	204 009
	CALL - ING GROEP 0,1% 03/09/2025 (9755)	200 000	99,6	199 138	99,9	199 835
	CALL - CCEP 0,50% 06/09/2029 (10051)	200 000	101,6	203 288	98,8	197 542
	CALL - UBS 0,25% 05/11/2028 (10052)	200 000	99,8	199 538	98,2	196 389
	CALL - HITACHI 0,125% 29/11/2022 (9677)	150 000	99,7	149 570	100,3	150 496

## Anexo II

### DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS

EUROS

RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/2021	CUSTOS COM SINISTROS* MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/2021	REAJUSTAMENTOS
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	13 139	8 705	10 642	6 208
Acidentes pessoais	1 331 485	363 500	821 879	(146 106)
Doença	129 681	57 186	144 184	71 689
Incêndio e outros danos				
Multirriscos habitação	9 245 343	4 913 765	1 934 125	(2 397 453)
Responsabilidade civil	5 019	0	5 019	-

\* Sinistros ocorridos em anos anteriores

# 03

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

## RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Exercício de 2021

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2021, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

### RELATÓRIO ANUAL

As dez reuniões que o Conselho Fiscal efetuou relacionadas designadamente com o acompanhamento da atividade e com as contas de 2021 da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo cinco delas contado com a presença do Administrador Delegado, do Diretor Financeiro e de representantes do Revisor Oficial de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2021 a submeter à aprovação da Assembleia Geral, bem como na reunião deste órgão em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2020.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes do Revisor Oficial de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2021, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação mensal sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, ao relatório ORSA, ao relatório anual de *compliance* e aos relatórios da auditoria interna.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual a fim de ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados. Foi acompanhado o desenvolvimento do processo de implementação da IFRS 17, que entrará em vigor no ano de 2023.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, pelo que o Conselho Fiscal: (i) entende que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia e (ii) salienta que naquela informação se inclui a convicção do Conselho de Administração de que, pese embora ter sido um ano ainda significativamente marcado pela pandemia Covid-19, a Companhia reagiu bem aos desafios dela derivados e está bem posicionada perante os clientes que procuram marcas de confiança, soluções de valor, conveniência e serviços fiáveis.

Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho. Foram, ainda, analisados os pedidos de aprovação prévia quanto à prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria não proibidos e, conseqüentemente, emitidos os correspondentes pareceres de aprovação.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2021;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 26 de março de 2022

### O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **JOSÉ DUARTE ASSUNÇÃO DIAS**  
Num. de Identificação: 00362136  
Data: 2022.03.26 17:35:41+00'00'

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

Assinado por: **António Baia Engana**  
Num. de Identificação: 01121249  
Data: 2022.03.26 16:14:11+00'00'

António Baia Engana (Vogal)

Assinado por: **Maria Manuela de Carvalho Silva  
Vinhas Lourenço**  
Num. de Identificação: 01264171  
Data: 2022.03.26 17:15:02+00'00'

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

# 04

## Certificação Legal de Contas

## Certificação Legal das Contas

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 55.591 milhares euros e um total de capital próprio de 23.311 milhares euros, incluindo um resultado líquido de 9.404 milhares euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

#### Matérias relevantes de auditoria

#### Síntese da abordagem de auditoria

**Ativo intangível – Direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e carteiras de seguros de ramos reais**

Mensuração e divulgações relacionadas com o ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais, apresentadas nas notas anexas 1, 2 c), 3 e 17 às demonstrações financeiras.

O ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo de incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais apresentado na demonstração da posição financeira compreende montantes de 2.795 milhares de euros e 1.482 milhares de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2014 a Entidade adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400 milhares de euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguros, relativos ao ramo incêndio e outros danos, correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A., ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado com a Liberty Seguros, S.A.. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, e após constituição da Entidade, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., transferiu para a Entidade uma carteira de seguros relativa às apólices de seguros do ramo acidentes pessoais, pelo montante de 500 milhares de euros.

Subsequentemente, no final de 2018, a Entidade celebrou com a Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiriria uma carteira de apólices de seguros dos ramos acidentes e doença, incêndios e outros danos e responsabilidade civil, juntamente com elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetos à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, o qual se concretizou no final de 2019, pelo montante total de 1.872 milhares de euros.

Os referidos montantes serão amortizados ao longo do período em que se espera que venham a ser gerados benefícios económicos para a Entidade.

De forma a aferir sobre a recuperabilidade do valor líquido contabilístico, a Entidade analisa, anualmente,

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da recuperabilidade do ativo intangível reconhecido relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais; e
- Análise da metodologia do teste desenvolvido para aferição da existência de indícios de imparidade e para o reconhecimento de amortizações.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Entidade nas notas anexas às demonstrações financeiras respeitantes ao ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e às carteiras de seguros de ramos reais estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

### Matérias relevantes de auditoria

### Síntese da abordagem de auditoria

se existem indícios de imparidade, tendo em consideração a expectativa dos fluxos de caixa futuros associados ao direito de opção de subscrição de seguros e às apólices transferidas, os pressupostos inerentes à respetiva evolução da carteira e as condições atuais do mercado.

Nessa medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

### Provisão para sinistros de seguro direto

Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de seguro direto apresentada nas notas anexas 2 I), 3 e 18 às demonstrações financeiras.

A provisão para sinistros de seguro direto apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 10.363 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021, representando 32% do total do passivo da Entidade a essa data.

As responsabilidades futuras da Entidade para regularização de processos de sinistros, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Entidade e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário.

As referidas responsabilidades, pela sua natureza, são obrigações de severidade e frequência incerta, tendo por base julgamento e estimativas relativas a sinistros ocorridos, as quais pretendem mensurar a melhor estimativa do montante de indemnizações e despesas que virão a ser pagas. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto reconhecida pela Entidade não ser suficiente para fazer face a todas as responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.

Nesta medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas à provisão para sinistros de seguro direto;
- Verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pela Entidade;
- Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade;
- Identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais da Entidade; e
- Realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos nossos resultados com aqueles determinados pela Entidade.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Entidade nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente às provisões técnicas de seguro direto estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

#### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares

aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

#### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para um triénio compreendido entre 2015 e 2017, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de março de 2021 para o triénio compreendido entre 2021 e 2023;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

25 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:

  
Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC n.º 904  
Registado na CMVM com o n.º 20160523



---

SEGUROS NÃO VIDA

Saiba mais em [www.aegon-santander.pt](http://www.aegon-santander.pt)